



ENEIDA ISABEL BRITO GOMES DA GRAÇA MORAIS

O PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

BACHARELATO EM SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA

ISE

PRAIA, SETEMBRO DE 2007

ENEIDA ISABEL BRITO GOMES DA GRAÇA MORAIS

O PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

BACHARELATO EM SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA

Trabalho Científico apresentado ao
Instituto Superior de Educação (ISE)
para obtenção do grau de Bacharel
em Supervisão e Orientação
Pedagógica sob a orientação da
Mestre Ana Domingos

ISE

PRAIA, SETEMBRO DE 2007

ENEIDA ISABEL BRITO GOMES DA GRAÇA MORAIS

O PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

BACHARELATO EM SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA

Membros do Júri

Praia, _____ de _____ de 2007

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, meu modelo, meu ídolo ...

AGRADECIMENTOS

Minha eterna gratidão ao meu Deus; Invisível mas Real; A Ele toda a honra e toda a glória.

À minha orientadora, Mestre Ana Domingos, meus profundos agradecimentos, pela forma como me orientou no decorrer deste trabalho. Sua inteligência, profissionalismo e amizade fecharam com chave de ouro esta etapa da minha vida e inspiraram-me para novos desafios, pois encontrei nesta professora um modelo.

Ao meu primo e amigo António Pinto, um grande obrigado pela forma como se disponibilizou em me apoiar. Qualquer palavra que eu aqui utilizasse para lhe agradecer, seria insuficiente para exprimir minha gratidão.

Ao meu filho que, mesmo pequeno, soube entender os meus objectivos.

Ao meu marido pelo companheirismo, paciência, espírito de sacrifício e que soube entender-me nos momentos menos bons.

À minha mãe, pelas suas palavras sempre nutridas de amor e ternura e pela forma incondicional como me apoiou.

Aos meus irmãos, em particular Neidinha e Sara por terem estado do meu lado.

Ao meu amigo Piduca, pela sua disponibilidade.

Aos meus colegas Dionísio, João David e Manuel Armando pelo companheirismo e amizade.

A todos quantos, directa ou indirectamente, me apoiaram nesta caminhada, uma palavra de apreço e de gratidão.

PENSAMENTO

“A cidadania é responsabilidade perante nós e perante os outros, consciência de deveres e de direitos, impulso para a solidariedade e para a participação, é sentido de comunidade e de partilha, é insatisfação perante o que é injusto ou o que está mal, é vontade de aperfeiçoar, de servir, é espírito de inovação, de audácia, de risco, é pensamento que age e acção que se pensa”. (Jorge Sampaio)

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I: OS DIREITOS HUMANOS	4
1. Origem e Evolução dos Direitos Humanos	4
1.1. Os Direitos Humanos desde a antiguidade até à II guerra mundial.....	4
1.2. Os direitos humanos após a II Guerra Mundial	6
1.3. Os direitos humanos na sociedade actual	7
2. Perspectiva Histórica dos direitos humanos em Cabo Verde	8
CAPÍTULO II: A ESCOLA E A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA, OS VALORES, DIREITOS HUMANOS E CULTURA DA PAZ	11
1. O conceito de Cidadania.....	11
2. Educação para a Cidadania.....	11
3. A prática dos valores na escola.....	12
3. A cultura da paz.....	14
CAPÍTULO III: ESTRATÉGIAS E ACTIVIDADES PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NA ESCOLA	16
CAPÍTULO IV: CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA DO ENSINO BÁSICO DO PALMAREJO.....	23
1. Descrição dos Recursos Humanos.....	23
1.1. Pessoal Docente	23
1.2. Pessoal não Docente	24
1.3. Pessoal Discente	24
2. Espaços e equipamentos	24
2.1 Salas de aula em funcionamento.....	24
2.2. Outros espaços	24
3. Organização e funcionamento	25
CAPÍTULO V: METODOLOGIA.....	26
1. Pergunta de partida	26
2. Objectivos.....	26
3. Hipóteses	26
4. A escolha do local.....	27
5. Caracterização da amostra	27
5.1. O grupo de alunos	27
5.2. Grupo dos professores	30
6. Instrumentos utilizados.....	31
6.1. Descrição do questionário dos alunos	31
6.2. Descrição do questionário dos professores.....	33
7. Procedimento	33
CAPÍTULO VI: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA DO ENSINO BÁSICO DO PALMAREJO	34
1. Apresentação e discussão dos resultados obtidos do inquérito aplicado aos alunos	34
1.1. Conhecimento da criança sobre o que é educar para a cidadania.....	34
1.2. Opinião da criança sobre a igualdade de género.....	35
1.3. Conhecimento que os alunos têm sobre os direitos das crianças.....	36
1.4. Conceito que a criança tem sobre cidadão livre	37
1.5. Significado de Direito Político no entendimento dos alunos.....	38
1.6. Disposição dos alunos para a futura participação na vida política	39
1.7. Conhecimento que a criança traz sobre o Direito à saúde	40

1.8. Atitudes e Comportamentos das crianças	41
1.9. Abordagem dos temas de Educação para a cidadania na escola.....	45
2. Apresentação e discussão dos resultados obtidos do inquérito aplicado aos professores	47
2.1. Importância que o professor atribui ao estudo da cidadania nas escolas e a sua inclusão no currículo	47
2.2. Opinião dos professores sobre a abordagem dos conteúdos de educação para a cidadania nos programas.....	47
2.3. Opinião do professor sobre a sua capacitação para trabalhar temas de educação para a cidadania	49
2.4. Pertinência dos temas para a promoção da educação para a cidadania	51
2.5. A promoção da educação para a cidadania na escola	53
CONCLUSÃO.....	58
BIBLIOGRAFIA	61
APÊNDICE	I
ANEXO	VIII

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I: Opinião da criança sobre a igualdade de direitos entre homens e mulheres no trabalho e na vida política.....	35
Tabela II: Opinião dos alunos na questão “ o professor tem por hábito abordar questões da educação para a cidadania”.....	46
Tabela III: Importância que o professor atribui ao estudo da cidadania nas escolas e a sua inclusão no currículo	47
Tabela IV: Pertinência dos temas para a promoção da educação para a cidadania na opinião dos professores	51
Tabela V: Estratégias utilizadas pelos professores para abordar temas de educação para a cidadania.....	54
Tabela VI: Planificação das aulas de educação para a cidadania pelos professores	55
Tabela VII: Distribuição dos alunos por residência	II
Tabela VIII: Profissão das mães dos alunos.....	II
Tabela IX: Profissão dos pais dos alunos	III
Tabela X: Caracterização dos professores por idade.....	III
Tabela XI: Salas de aula em funcionamento	IX
Tabela XII: Outros espaços	IX
Tabela XIII: Distribuição do pessoal docente em função das	IX
Tabela XIV: Pessoal não Docente	X
Tabela XV: Distribuição do pessoal discente por ano de escolaridade e sexo.....	X

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico I: Caracterização dos alunos por sexo.	28
Gráfico II: Caracterização dos alunos por idade.	28
Gráfico III: Caracterização dos professores por sexo.	30
Gráfico IV: Distribuição dos professores pelo período de leccionação.	31
Gráfico V: Conhecimento da criança sobre educar para a cidadania.	34
Gráfico VI: Conhecimento que as crianças têm sobre os seus direitos.	36
Gráfico VII: Conceito de cidadão livre.	37
Gráfico VIII: Distribuição das respostas dos alunos sobre o significado de direito político. ...	38
Gráfico IX: Disposição dos alunos para a vida política	39
Gráfico X: Conhecimento que a criança traz sobre o Direito à saúde.....	40
Gráfico XI: Atitude das crianças perante colegas de outros países africanos	41
Gráfico XII :Atitude da criança perante crianças seropositivas	42
Gráfico XIII:Importância em cumprimentar as pessoas, na opinião das crianças.....	43
Gráfico XIV:Postura da criança perante a queda dum colega.....	43
Gráfico XV: Postura dos alunos perante um velho a atravessar a estrada	44
Gráfico XVI: Opinião dos professores sobre a abordagem dos conteúdos de educação para a cidadania nos programas.	48
Gráfico XVII: Opinião dos professores sobre a abordagem dos conteúdos de educação para a cidadania nos programas de forma explícita	48
Gráfico XVIII: Opinião dos professores sobre a sua capacitação para trabalhar conteúdos de educação para a cidadania	49
Gráfico XIX: Os temas abordados pelos professores na efectivação da educação para a cidadania.....	53
Gráfico XX: A participação dos alunos nas actividades da escola.....	56

INTRODUÇÃO

Actualmente assistimos a uma tendência para o aumento do individualismo e da indiferença dos cidadãos na sociedade contemporânea. Assim, mobilizar os jovens para uma educação da cidadania constitui um desafio de todos.

Incrementar hábitos de uma vivência voltada para a solidariedade humana que implique o respeito pelas diferenças, levar os jovens a analisarem criticamente a sociedade em que vivem e assumirem a sua responsabilidade social, significa estimular um processo de consciencialização construído no dia-a-dia. A escola assume nesta prática um papel privilegiado. Esta deverá ter como uma das suas finalidades contribuir para a formação de cidadãos cada vez mais participativos e conscientes dos seus direitos. Quanto mais cedo esta tarefa se iniciar, quiçá, melhores resultados dará.

Neste contexto, as instituições educativas devem ser espaços privilegiados do progresso social que irão permitir às gerações futuras compreender o valor da dignidade humana.

Acreditamos que construir um mundo melhor através da educação não se trata de uma utopia; A chave reside em como utilizar a educação para conseguir tal desiderato, pois, a sociedade necessita cada vez mais de uma educação voltada para o respeito pelas liberdades fundamentais e para a compreensão do outro.

Educar para a cidadania deverá ser a finalidade da educação. Tarefa que deverá ser repartida e assumida por todos os níveis de ensino. Cada um, assumindo a sua responsabilidade na esfera que lhe cabe.

Nesta perspectiva lançamos a grande questão do nosso estudo: O que fazem as escolas para promoverem a educação para a cidadania? A escola do Palmarejo irá responder-nos, servindo de caso para o nosso estudo. Objectivávamos saber se os nossos professores do sistema do Ensino Básico, mais concretamente, da escola do EBI do Palmarejo, também estão empenhados a colaborar para a formação de cidadãos conscientes dos seus deveres e capazes de cooperar para a edificação dum mundo cada vez mais justo. Assim, dos nossos objectivos constam: Analisar se a escola do Ensino Básico do Palmarejo realiza actividades com a participação dos alunos promovendo a educação para a cidadania; Verificar, se o comportamento e atitudes dos alunos traduzem a assimilação de conteúdos da educação para a cidadania; Saber quais as estratégias e actividades que os professores utilizam na sala de aula visando formar a consciência ética e cívica do indivíduo, preparando-o para uma constante reflexão sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionar-lhe um equilibrado desenvolvimento físico. Logo, desenvolvendo no aluno o conhecimento e o respeito dos Direitos do Homem e incrementar o sentido e o espírito de tolerância e solidariedade, como visa o artigo 10º do capítulo II da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Para atingirmos os nossos objectivos elaborámos dois questionários que foram aplicados a vinte e dois professores e cento e sete alunos do sexto ano da Escola do Ensino Básico do Palmarejo

Marques (2006) entende que é primordial que a escola pense o seu papel na socialização (que exerce na sociedade), bem como a sua importância em ajudar a formar indivíduos conscientes das suas condições activas e responsáveis, que participam de forma digna e correcta na sociedade em que estão inseridos.

Para se conseguir este desiderato que repercutirá ao longo da vida do ser, a escola deverá desenvolver nas crianças e nos jovens valores que os ajudem a construir um mundo salutar e a perpetuar gerações dignas e saudáveis. Só assim, estará promovendo a cidadania e educando para a cidadania. Pois, ser cidadão constitui uma meta que deverá ser consolidada se cada indivíduo, em especial cada educador ou professor conseguir que a escola seja uma autêntica escola de e para a cidadania de convivência democrática e cívica.

O trabalho que ora apresentamos encontra-se estruturado em seis capítulos. O primeiro capítulo aborda a origem e a evolução dos direitos humanos desde a antiguidade até a

actualidade. No segundo falamos da escola e a educação para os Direitos Humanos, Cidadania, Valores e Cultura da paz. Já no terceiro capítulo sugerimos algumas actividades que poderão ser feitas para a promoção da educação para a cidadania na escola. Logo no quarto fizemos a caracterização da escola do ensino básico do Palmarejo, onde damos informações sobre o corpo docente, não docente e discente desta escola, bem como a sua organização e funcionamento. No quinto, demos espaço para a descrição da metodologia do nosso trabalho, definimos os nossos objectivos, hipóteses, pergunta de partida, a descrição das amostras e do instrumento utilizado para a recolha de informações. O capítulo sexto ficou destinado à análise e discussão de dados. Antecedendo à bibliografia, apresentamos a conclusão, onde deixamos as conclusões a que chegamos após o nosso estudo, alguns constrangimentos encontrados e algumas sugestões.

CAPÍTULO I

OS DIREITOS HUMANOS

1. Origem e Evolução dos Direitos Humanos

1.1. Os Direitos Humanos desde a antiguidade até à II guerra mundial

Segundo Lafer (1988), citado em wikipédia (2007) as origens dos Direitos Humanos localizam-se nas tradições judaico-cristã e estóica da civilização ocidental. Tais tradições afirmam o valor, a dignidade de cada ser humano, o ser humano como valor -fonte, seja por ter sido criado à imagem e semelhança de Deus, seja por ser cidadão cosmo -polis (o mundo é uma única cidade em que todos são amigos e iguais). Desenvolveu-se assim a crença ocidental no Direito Natural, um conjunto de normas jurídico - morais de natureza divina inerentes a cada ser humano.

Já no início da Era Moderna (sécs. XVI e XVII), o Direito Natural foi racionalizado e seu fundamento divino foi substituído pela Razão, o elemento comum a todos os seres humanos. Na mesma época, as reformas protestantes levaram a uma rotura profunda na Cristandade Ocidental que, engendrou conflitos sangrentos, os quais levaram eventualmente ao reconhecimento da liberdade individual de crença religiosa. O instrumento jurídico que instituiu esses novos princípios organizadores da política europeia foi o Tratado de Vestfália, de 1648 que garantiu a igualdade de direitos entre as comunidades cristãs católica e protestante no território alemão. Pode, por isso, ser considerado um dos primeiros instrumentos internacionais com medidas de protecção aos direitos humanos.

A 26 de Agosto de 1789 a Assembleia Nacional Constituinte Francesa vota a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão. Segundo Silva (2004), esta é a mais conhecida e emblemática de todas as declarações de direitos. Contudo, existem alguns autores que enfatizam a Declaração de Direitos de 1668 da Chamada Revolução Gloriosa que

concluiu o período da Revolução Inglesa, e a Declaração dos Direitos do Estado de Virgínia de 1777.

As críticas à Constituição liberal francesa começaram a surgir de várias correntes designadamente: filosóficas, políticas, sociais e religiosas com destaque para a Igreja católica. Como consequência dessas críticas e das profundas transformações sofridas no campo político, económico-social e cultural dá-se uma mudança de perspectiva constitucional. É assim que, em 1848 a Constituição da II República Francesa consagra os direitos de cariz sociais. Estabelecia que a república devia proteger o cidadão na sua pessoa na sua família, na sua religião, na sua propriedade, no seu trabalho, e pôr ao alcance de cada um a instrução indispensável a todos os homens.

Outro marco importante na história dos direitos humanos é a Constituição Mexicana de 1917. Deu grande atenção aos direitos sociais. A Constituição Alemã de 1919 também fez história no desenvolvimento dos direitos humanos.

Segundo Tosi (s/d), o processo de desenvolvimento dos direitos humanos que acabamos de descrever não foi linear nem simples. Não foi fácil colocar em prática, ao mesmo tempo, os direitos de liberdade e de igualdade.

Para o mesmo autor, apesar de que “ todos os homens nascem livres e iguais”, uma grande parte da humanidade permanecia excluída dos direitos. As declarações de direitos Norte-Americanos não consideravam os escravos como titulares de direitos quanto os homens livres. A Declaração da Revolução Francesa não considerava as mulheres como sujeitas de direitos iguais aos dos homens. O voto era censitário, só podiam votar os homens adultos e ricos. Os pobres, os analfabetos e as mulheres, não podiam participar da vida política.

É oportuno ressaltar, ainda, que do avanço dos direitos sociais e do homem, muitos países mantinham-se excluídos, pois, continuavam submetidos à colonização, e estes representavam grande parte da humanidade. Contudo o mérito destas Declarações para a evolução e perfeição dos direitos do homem é e sempre será reconhecida.

1.2. Os direitos humanos após a II Guerra Mundial

Uma das grandes Constituições Europeias aprovada após a II Guerra Mundial foi a Francesa de 1946, que veio reafirmar os direitos de 1789 e proclamou os princípios políticos, económicos e sociais e inovou, quando proclamou a igualdade entre homens e mulheres.

Em 1947 encontramos a Constituição da República Italiana, de 27 de Dezembro que declara que “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social” (art. 3º).

Em 1949 a Constituição da República Federal Alemã, proclama solenemente em seu art. 1º: "A dignidade do homem é inviolável. Respeitá-la e protegê-la é dever de todos os Poderes do Estado".

1.2.1. A Declaração Universal da ONU – 1948

Após a grande guerra de 1944, que abalou o mundo, as grandes potências vencedoras, criaram em 26 de Junho de 1945, em São Francisco, a organização das Nações Unidas- ONU. Esta tinha como missão principal evitar uma terceira guerra mundial e de promover a paz entre as nações. Consideraram que a condição *sine qua nom* para uma paz duradoura seria a promoção dos “Direitos Naturais”. Foi assim que, a 10 de Dezembro de 1948, a Assembleia-geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, rezando seu primeiro artigo que "todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos".

Para Tosi, (s/d) os redactores tiveram a clara intenção de reunir numa única formulação, as três palavras de ordem da Revolução Francesa de 1789: Liberdade, Fraternidade e Igualdade, reafirmando assim, os direitos das revoluções burguesas (civis e políticos). Contudo, vai mais além quando os estende aos que deles estavam antes excluídos. Proíbe a escravidão, proclama os direitos das mulheres, defende os direitos dos estrangeiros, etc. Engloba, do mesmo jeito, os direitos da tradição socialista (económicas e civis) e os do cristianismo (solidariedade), sem se esquecer dos direitos culturais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é o instrumento de direitos maioritariamente aceite em todo o mundo. A sua mensagem é o valor inerente a todos os seres humanos. Estabelece um conjunto de direitos básicos para todos os seres humanos em todo o mundo, independentemente da sua raça, cor, sexo, religião, opinião política, origem nacional ou social, propriedade ou estatuto de nascimento.

A Declaração contém 30 artigos, constituindo fonte de inspiração para grandes normas internacionais e opinião pública.

1.3. Os direitos humanos na sociedade actual

Em 1948, os Estados que aderiram à Declaração Universal da ONU eram somente 48, hoje atingem quase a totalidade das nações do mundo, iniciando assim, um processo pelo qual os indivíduos estão se transformando de cidadãos de um Estado em cidadãos do mundo.

Nos últimos cinquenta anos, a ONU promoveu uma série de conferências específicas que aumentaram a quantidade de bens que precisavam ser defendidos: a natureza e o meio ambiente, a identidade cultural, o direito à comunicação e a imagem;

As Nações Unidas também definiram, melhor, quais eram os sujeitos titulares dos direitos. A pessoa humana não foi mais considerada de maneira abstracta e indefinida, mas na sua especificidade e nas suas diferentes maneiras de ser: como mulher, criança, idoso, doente, homossexual, etc.

Tosi (s/d) entende que este processo deu origem a novas gerações de direitos:

A primeira geração inclui os direitos civis e políticos: os direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à segurança pública, à proibição da escravidão, à proibição da tortura, à igualdade perante a lei, à proibição da prisão arbitrária, o direito a um julgamento justo, o direito de *habeas corpus*, o direito à privacidade do lar e ao respeito da própria imagem pública, a garantia de direitos iguais entre homens e mulheres no casamento, o direito de religião e de livre expressão do pensamento, a liberdade de ir e vir dentro do país e entre os países, o direito de asilo político e de ter uma nacionalidade, a liberdade de imprensa e de informação, a liberdade de associação, a liberdade de participação política directa ou indirecta, o princípio da soberania popular e regras básicas da democracia (liberdade de formar partidos, de votar e ser votado, etc.).

A segunda geração inclui os direitos económicos, sociais e culturais: o direito à segurança social, o direito ao trabalho e à segurança no trabalho, ao seguro contra o desemprego, o direito a um salário justo e satisfatório, à proibição da discriminação salarial, o direito a formar sindicatos, o direito ao lazer e ao descanso remunerado, o direito à protecção especial para a maternidade e a infância, o direito à educação pública, gratuita e universal, o

direito a participar da vida cultural da comunidade e a se beneficiar do progresso científico e artístico, etc.

A terceira geração inclui os direitos a uma nova ordem internacional: o direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na Declaração possam ser plenamente realizados; o direito à paz, ao desenvolvimento, ao meio ambiente, etc.

A quarta geração é uma categoria nova de direitos, ainda em discussão, e que se refere a um compromisso de deixarmos o mundo em que vivemos, melhor, se for possível, ou “menos pior”, do que o recebemos, para as gerações futuras. Isto implica uma série de discussões que envolvem todas as três gerações de direitos, e a constituição de uma nova ordem económica, política, jurídica, e ética internacional.

Em 1993, numa conferência mundial, 171 Estados, representando 99% da população mundial, reafirmaram os seus compromissos para com os direitos humanos.

2. Perspectiva Histórica dos direitos humanos em Cabo Verde

O achamento das ilhas de Cabo Verde está datado entre 1460 a 1462. Desde então, até 1975 o país esteve nas mãos dos portugueses, a quem se deve tal descoberta. Foram cinco séculos de colonialismo.

Na sequência duma luta armada pela libertação, orientada por Amílcar Cabral, a 5 de Julho de 1975, Cabo Verde respira o ar da independência. Neste contexto, Cabral, através da luta pela liberdade, realiza um dos direitos fundamentais: o direito do povo cabo-verdiano viver como um estado independente. No entanto, a conquista da independência não coincidiu com a instalação duma democracia pluralista. Cabo Verde esteve sob o regime de partido único até 1991. Contudo, convém salientar que, importantes eventos aconteceram no decorrer destes anos. Segundo o relato do Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos em Cabo Verde – PNADHC, em 1987 entra em vigor a lei 28/III/87, que institui e regula a liberdade de associação, que permite o fortalecimento das organizações não governamentais, que, por sua vez, impulsionaram o processo de democratização em Cabo Verde. O grupo das ONGs aumentou de oito em 1985 para treze em 1990. No ano 2002 já eram oitenta ONGs. Cabo Verde caminhava, assim, rumo ao desenvolvimento de respeito pelos direitos humanos.

Passados alguns anos, o regime de partido único se mostrava incompatível num país que corroborava com as Declarações dos Direitos Humanos proclamadas pela ONU.

Em Fevereiro de 1990 foi declarada a abertura política. Cabo Verde conhece mais um marco importante da sua história.

A 13 de Janeiro de 1991, a sociedade cabo-verdiana dirigiu-se às urnas para eleger e escolher um governo. Nessa eleição, o novo partido que surgiu, o MPD – Movimento para a Democracia – saiu vitorioso. Esta etapa marca também, a história do desenvolvimento dos direitos humanos em Cabo Verde.

Em 1992 as comunidades já podiam, através do direito ao sufrágio universal, escolher seus governantes locais.

Em 1996 foi criada a plataforma das ONGs; Cabo Verde caminha, cada vez mais, em direcção ao desenvolvimento, permitindo, deste modo, ao seu povo o exercício pleno da cidadania, com base no respeito pela dignidade e liberdade humana.

De entre as várias organizações que têm dado grande contributo nesta matéria, destacam-se a Organização das Mulheres de Cabo Verde, a Associação para a Solidariedade e o Desenvolvimento “Zé Moniz”, a Associação de Promoção da saúde mental – A Ponte, e a Associação cabo-verdiana de deficientes.

Em 2003, de novo sob o governo do PAICV, o parlamento em unanimidade aprova as bases para a instalação duma figura constitucional: o Provedor de Justiça. Mais uma vez, os representantes da Nação evidenciaram suas preocupações em promover e proteger os direitos humanos do país. Em paralelo a este contributo, nesta etapa, são dignos de menção o Plano Nacional para os Direitos Humanos e a Comissão Nacional dos Direitos Humanos.

O país, também, acolheu as recomendações saídas da Conferência Mundial dos Direitos Humanos de 1993, realizada em Viena de Áustria, no sentido de todos os Estados procederem à criação de instituições nacionais de promoção e protecção dos direitos humanos e à elaboração de planos nacionais de acção para os direitos humanos.

Convém salientar que neste processo, Cabo Verde, também, corroborou com as declarações da ONU sobre os direitos universais do homem, cuja mensagem principal é o

valor inerente a todos os homens. Atendeu às recomendações da Carta Africana de Junho de 1981.

A preocupação de Cabo Verde nesta matéria encontra-se traduzida em vários documentos nacionais. Importa exemplificar, neste estudo, a Lei de Bases do Sistema Educativo no seu capítulo II, Objectivos e princípios gerais do sistema educativo, que estipula:

9.º “A educação deve basear-se nos valores, necessidades e aspirações colectivas e individuais e ligar-se à comunidade, associando ao processo educativo os aspectos mais relevantes da vida e da cultura cabo-verdianas.”

10.º “Promover a formação integral e permanente do indivíduo, numa perspectiva universalista”;

“Formar a consciência ética e cívica do indivíduo”;

“Preparar o educando para uma constante reflexão sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionar-lhe um equilibrado desenvolvimento físico”;

“Contribuir para o conhecimento e o respeito dos Direitos do Homem e desenvolver o sentido e o espírito de tolerância e solidariedade”.

CAPÍTULO II

A ESCOLA E A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA, OS VALORES, DIREITOS HUMANOS E CULTURA DA PAZ

1. O conceito de Cidadania

A cidadania é um termo grego que significa viver na polis, na cidade. Actualmente podemos falar de várias concepções de cidadania, cidadania convencional e cidadania expansiva. A cidadania convencional tem um sentido restrito. É pertença de um país, de uma comunidade, com regras de organização e convivência social. A cidadania expansiva abrange questões globais e está ligada a movimentos sociais.

No mundo actual faz mais sentido a cidadania expansiva. Segundo Faulks (2000) os eixos fundamentais da cidadania nas sociedades actuais são:

- Uma ética de participação (querer participar na construção do bem comum/ consciência cívica);
- A garantia dos direitos sociais (educação, alimentação, trabalho, saúde, etc.);
- A cidadania íntima (relacionada com a vida privada; relações interpessoais, família);
- A cidadania múltipla (global; para além de um grupo, de uma comunidade, de uma etnia, está aberta a outros pertences e identidades).

A cidadania é, também, definida como um processo de aprendizagem em que se aprende fazendo e constitui um desafio da escola e da sociedade em geral.

2. Educação para a Cidadania

Pensamos que, a Cidadania não é lição a ser ensinada, mas um conjunto de posturas a serem desenvolvidas e estimuladas. Posturas que façam brotar em cada um, a ideia e o

sentimento do que é viver em função do bem comum. Para Fontes (s/d) educar para a cidadania é fortalecer o auto-estima das pessoas, é possibilitar o acesso de todos, aos bens culturais da nossa sociedade, é desenvolver as capacidades de interacção e participação, o pensamento criativo e reflexivo.

Educar para a cidadania é educar para o reconhecimento dos direitos e deveres inerentes a cada indivíduo independentemente de qualquer raça, de qualquer credo, de qualquer nação, de qualquer extracto social. Ainda mais, é educar para reconhecer e respeitar as diferenças individuais e para combater os preconceitos, as discriminações e as disparidades sociais. É potencializar os educandos numa confiança tal, que eles acreditem no próprio potencial, como agentes da transformação da própria vida e do mundo onde estão inseridos. Em suma, é educar para a fraternidade, para o sentido social da vida.

Encontramos Matos (2001) dizendo que um dos objectivos primordiais da educação para a cidadania visa a realização total e integral da pessoa, visa a felicidade da pessoa que, para o ser, dá cumprimento à sua essência ontológica, valorizando os elementos constitutivos, concretamente a inteligência, a vontade, a consciência e a liberdade. A pessoa tem dons, capacidades naturais, valores e o estímulo ao seu rendimento é um dos papéis principais da educação.

3. A prática dos valores na escola

A educação em valores é uma exigência da sociedade actual inserida no mundo globalizado e marcado por tantas mudanças tecnológicas e novos paradigmas políticos, culturais e educacionais.

Martins (2005) defende que a educação em valores universais é a base da cidadania, pois desde cedo possibilita que as crianças saibam respeitar-se umas às outras, com suas diferenças raciais, religiosas e culturais.

Pensamos que, entre as diferentes esferas humanas, a escola tem sido, a instituição escolhida por todos, como o melhor lugar para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Entendida a educação escolar como processo que visa o desenvolvimento físico, intelectual e cívico do educando, caberá às instituições de ensino a missão, por excelência, de “ensinar” valores no âmbito do desenvolvimento moral dos alunos, de modo a

desencadear o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e seu enquadramento na sociedade contemporânea.

Na perspectiva de Martins (2005), construir a cidadania na escola significa educar para os valores universais com que gostaríamos de planejar o nosso futuro e encantar novamente o mundo. Implica, também, rever a escola por meio de uma nova vivência do espaço educativo, das relações entre educadores e alunos, das influências do meio escolar na comunidade local e das responsabilidades individuais e colectivas e no amor ao conhecimento. Tudo isso de um ponto de vista não meramente académico, mas compreendido como um processo integral de transformação de valores éticos e atitudes.

Para uma melhor dissertação desta abordagem tão importante para a promoção da cidadania nas escolas, iremos subdividi-la em três sub pontos que aparecerão em forma de questões:

- É possível “ensinar” valores na sala de aula?

É possível que sim. Corrobora à nossa opinião Martins (2005), quando afirma que a escola não pode deixar de demonstrar explicitamente a prática de valores. Contudo, retorque o mesmo, que não é uma tarefa fácil abordar a questão dos valores na educação escolar. Segundo ele, sabemos o porquê: A Pedagogia Tradicional levou-nos a admitir (e sua força ainda não desapareceu completamente do meio escolar), por muitos séculos, que a tarefa básica escolar era a de transmitir conteúdos escolares. É um modelo pedagógico que não se encaixa mais às exigências do mundo actual. Tendo em conta o paradigma da sociedade moderna, é necessário renegar tal concepção e aceitar que educar não é unicamente instruir, mas oferecer uma experiência significativa que prepare o aluno para a vida como cidadão. Precisamos, enfim, criar uma cultura escolar que realmente englobe valores à vida dos nossos alunos, em todas as idades. Isso significa dedicar esforço ao planeamento e à realização dessas actividades.

Assim, sublinhamos que os valores não podem ser ensinados com oratórias nem decorados, antes admitem uma aprendizagem prática de capacidades e destrezas, que se desenvolve com exercícios.

- Como trabalhar os valores na sala de aula?

Com o exemplo e com o reconhecimento dos erros; falando e respeitando os silêncios; estabelecendo regras e permitindo excepções; mostrando aos alunos como pensar por eles mesmos, dando-lhes confiança e emitindo-lhes a nossa opinião como educador em todas as situações, sempre apontando o caminho da responsabilidade.

- Como avaliar os valores?

Afirma Martins (2005) que, só podemos dizer que um aluno aprendeu valores quando, após a abordagem de conteúdos na sala, os professores, na escola, em diferentes ocasiões e os pais, nos lares, observarem que seus alunos ou filhos não apenas apresentam melhor rendimento escolar, mas diminuíram os conflitos interpessoais, estão mais abertos à socialização, e mais, efectivamente, assimilaram e integram valores, atitudes e normas, na prática social, de modo que os valores assimilados tenderão a acompanhá-los por toda a vida. Em suma uma aprendizagem voltada para a mudança de comportamentos e atitudes.

No fundo, podemos dizer que educamos em valores quando os alunos se fazem entender e entendem os demais colegas; aprendem a respeitar e a perceber os outros; aprendem a ser solidários, a ser tolerantes, a trabalhar em, a compartilhar ou socializarem o que sabem, a ganharem e a perderem, a tomarem decisões, enfim. É, assim, o resultado da educação em valores na escola.

3. A cultura da paz

Para Elsner (s/d) a vida em sociedade implica desenvolver habilidades para lidar com pessoas diferentes e situações inesperadas, para resolver conflitos e, principalmente, encontrar soluções harmoniosas. A paz é o valor que nos permite desenvolver essas habilidades, pois quando a mente está relaxada e serena somos capazes de perceber os sentimentos das pessoas e respeitá-los.

Um dos objectivos que justifica o estudo da cultura da paz nas escolas é o de levar os alunos a valorizá-la, a ter vontade de tudo fazerem para a resolução pacífica das questões, com os amigos, os familiares, etc.

O professor deverá ser capaz de mostrar ao aluno que a construção da paz é tarefa de todos nós, devemos desejá-la e procurá-la, interiorizando a ideia de que a paz, também, depende de cada um de nós. Do mesmo modo, os alunos deverão estar conscientes de que, por mais que empenhemos na luta pela paz, não conseguiremos acabar com os desacordos, os problemas e conflitos. Face a isso, cabe ao professor a missão de ajudá-los a desenvolverem competências, atitudes e procedimentos a favor da sua resolução pacífica.

Por tudo quanto vimos anteriormente, a escola não só pode como deve desempenhar o seu papel na construção e no desenvolvimento de uma consciência cidadã, preocupada com a defesa dos Direitos Humanos, os valores, a cultura da paz e com a afirmação da Cidadania.

CAPÍTULO III

ESTRATÉGIAS E ACTIVIDADES PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA NA ESCOLA

Como acto de amor a educação criativa pressupõe a capacidade de experimentar, partilhar, trocar, recriar, jogar, inventar fantasiar e harmonizar emoções, sentimentos, afectos, conhecimentos, crenças e acções de uma forma aberta, consciente e crítica. A disponibilidade para a aceitação da diferença e a solidariedade daí recorrente, a participação de cada um na construção do futuro de todos é, para nós, imprescindível na formação de cidadãos conscientes e livres, ou seja na construção de uma verdadeira democracia. (Freire 1997: 152).

Barbosa (2001), inspirando-se em Héber *et all*, diz-nos que uma das funções fundamentais da escola se baseia em contribuir para a formação de cidadãos responsáveis e solidários. Trata-se de uma exigência que resulta tanto das necessidades da sociedade como do indivíduo. Por um lado, uma sociedade democrática depende da implicação informada e activa de todos os seus membros; por outro, o indivíduo para poder participar inteiramente na vida social deve adquirir as competências necessárias para executar eficazmente o seu papel enquanto cidadão e cidadã numa sociedade caracterizada pelas interdependências globais e locais e pelos desafios que daí decorrem, na aurora do terceiro milénio.

O mesmo autor (2001) diz-nos que, atendendo ao caso específico da educação básica, é cada vez mais consensual admitir que a sua justificação social radica na prioridade a dar ao desenvolvimento de capacidades e competências fundamentais para o desempenho da cidadania. Para o autor, o apelo que se faz à escola neste sentido tende a converter-se numa incumbência incontornável e, desde logo num compromisso. Aos seus responsáveis cabe a tarefa de lhes dar a devida expressão.

“As justificações actuais sobre a necessidade de implicar a escola na educação para a cidadania são de facto muitas” (Audigier 1999, citado por Barbosa 2001:85).

Barbosa (2001) defende que, mesmo não sendo a escola um atelier de reparação dos males sociais, nem podendo assumir responsabilidades que a excedem, ela não deixa de ter um papel essencial a desempenhar na educação de crianças e jovens para a vida democrática, especialmente numa altura em que as normas, valores e princípios da democracia são cada vez menos propagadas pelas estruturas da sociedade. Ele ainda, alerta que, uma vez admitido e reconhecido que a escola e o professor não podem aligeirar as suas responsabilidades em matéria de educação para a cidadania, resta saber se devem assumir essa educação como em tempos passados, isto é, se vão pregar uma moral cívica e impor um código de conduta servindo-se dos processos pedagógicos do condicionamento e do constrangimento.

Pensamos que não será por esses trilhos que a escola e o professor devem conceber a educação para a cidadania, visto que seria ressuscitar um paradigma pedagógico desactualizado, ineficaz e inconsequente face à conjuntura da sociedade actual.

Repetindo a mesma questão de Barbosa (2001: 86), “que caminho, então seguir”? A escola poderá, então, estruturar um ambiente, onde o aluno realizará experiências que lhe permitirão construir uma boa parte da sua identidade de actor social e de cidadão.

Segundo Hansen (2000), para o estudo da cidadania, os professores podem determinar um sentido de comunidade na aula através do qual os alunos podem aprender o que significa estar, escutar e aprender com os outros, como mostrar suas ideias e pontos de vista de forma a enriquecer a comunicação, como relacionar a sua aprendizagem com os acontecimentos e experiências que encontram fora da escola, em resumo, como apreciar o significado de habitar numa comunidade ética junto a outros seres humanos que deles diferem em muitos aspectos.

1. Sugestões práticas para a abordagem de conteúdos de educação para a cidadania na sala de aula

A educação para os direitos humanos, cidadania e cultura da paz requer o empenho total e o envolvimento não só dos alunos, mas sim, de todos os interessados – professores, gestores das escolas, pais/encarregados de educação. Assim, segundo Afonso e Fonseca (2004) não será complicado perceber o papel que em particular, deve caber à escola, como organização que, na actualidade, assume um relevo peculiar no trajecto educativo dos jovens e crianças.

A escola deverá constituir um espaço agradável para o aluno, pois será um lugar de descobrir coisas novas, em conjunto com os outros. Acreditamos que, com isso, “a escola em geral, a sala de aula em particular podem constituir um óptimo laboratório”. (Dewey, citado por Afonso e Fonseca, 2004:31)

A escola é um lugar de aprendizagem e convivência social que deve oferecer, a quem a ela acede, não apenas um espaço físico e um espaço organizacional, mas também, e sobretudo, um espaço relacional, de convivência, de cooperação e de resolução de conflitos. O desenvolvimento de competências na educação para a cidadania é fundamental. A escola ensina a fazer uso do conhecimento e da informação na compreensão da realidade, sendo que o conhecimento ajuda a promover cidadãos mais participativos e intervenientes.

A educação para a cidadania deve contribuir para o desenvolvimento da compreensão inter cultural, social e de capacidades de tomada de decisão e resolução de problemas, as quais se desenvolvem sobretudo através da prática e da experiência.

É com base nos pressupostos, acima transcritos, que sem intenção de criar uma lista exhaustiva e de esgotar todas as actividades presumíveis de abordar a educação para a cidadania, criamos este capítulo como forma de deixar registadas algumas sugestões de actividades. Actividades essas, que poderão ser trabalhadas no Ensino Básico, de forma específica, adequada e adaptada, tendo em conta o nível de ensino, a idade escolar, o grau de maturidade dos alunos, o contexto escolar e a realidade da turma.

Antes, alertamos que, a personalidade e a atitude pedagógica do professor são absolutamente fundamentais para o êxito de qualquer das actividades. Uma atitude compreensiva e empática dará um grande significado às actividades.

¹Actividade 1 – Jogo “ Quem sou eu?”

Nesta actividade, o professor pede aos alunos que façam um auto-retrato. Irão descrever suas características físicas e psicológicas. Existirá, na secretária do professor, um baú, onde cada aluno irá colocar sua descrição, sem identificação. Quando todos tiverem colocados as descrições no baú, o professor ou alguns alunos irão ler as descrições. Após a leitura os colegas irão descobrir de quem se trata.

No fim o professor irá desenvolver um diálogo sobre a actividade com os alunos (se o que escreveram sobre as suas pessoas corresponde à verdade, se é assim que os outros os caracterizam, etc.). Com esta actividade o professor poderá explorar temas como: o valor da pessoa humana, nossas características, nosso comportamento, etc.

Actividade 2 – Desenho “ como vejo o mundo”

Nesta actividade cada aluno fará um desenho de como vê o mundo. Cada aluno irá explicar no fim o seu desenho à turma. A seguir, o professor irá categorizar os mesmos, tendo em conta as semelhanças entre estes. Com isto poderá desenvolver um diálogo com os alunos, sobre a paz no mundo, o meu sentimento e o respeito pelo dos outros, as diferenças e semelhanças pessoais, baseadas no princípio que somos todos iguais e todos diferentes.

Actividade 3 – Desenho “ Pensando o eu”

Nesta actividade, o professor orienta os alunos para um desenho dos mesmos quando bebés, (para isso poderão servir do apoio de fotografias), um desenho actual e para imaginarem os mesmos quando velhos e retratar.

Após o desenho o professor poderá confrontar os alunos, levando-os a reflectir, com perguntas do tipo:

Reparaste no teu tamanho, quando eras bebé? De certeza não conseguias vestir-te sozinho (a)?. Então, dependias ou não, dos outros?

¹ Para a elaboração destas actividades apoiamos no livro do Centro de Informação das Nações Unidas. (1993). O Ensino dos Direitos Humanos, Actividades práticas para os ensinos básico e secundário. Lisboa: Centro de Informação das Nações Unidas e Liga Portuguesa dos Direitos do Homem.

Hoje já podes ajudar os outros? Fazes isso com prazer?

Já pensaste como serás daqui a sessenta, setenta anos? Conseguirás fazer tudo o que fazes hoje?

Com esta actividade o professor poderá explorar o tema Relação Pessoal e Interdependência.

Actividade 4 – Eu e a minha família

O professor cria um clima na turma, onde, num diálogo os alunos irão descrever as pessoas das suas famílias. O que a mãe, o pai, os irmãos gostam mais de fazer. O professor aproveita as diferentes descrições feitas pelos alunos em relação aos membros da família, para mostrar aos mesmos que existem gostos diferentes mesmo dentro duma pequena família, e isso não lhes impede de gostarem uns dos outros. Mas, para uma boa convivência é preciso saber respeitar as ideias e os gostos diferentes de cada um. Sendo o mundo uma grande casa, também devemos saber respeitar e aceitar as diferenças pessoais para podermos viver num mundo de paz. Desenvolvendo isso, o professor poderá explorar temas como a liberdade, o respeito pelas diferenças e a tolerância.

Actividade 5 – “ Conhecendo outras pessoas”

Numa primeira fase, o professor pede aos alunos que façam recolha de fotografias de crianças de outros países. Na sala de aula, os alunos criam um grande painel, onde irão expor os retratos recolhidos. A seguir, sob a orientação do professor, os mesmos irão apontar e falar sobre as diferenças observadas nas diferentes crianças, onde vivem, a forma como vivem, como se vestem, etc. Daí o professor colhe subsídios para abordar o tema Respeito pelas diferenças de raça, cor, religião, cultura, etc.

Actividade 6 – Dia do Parlamento

O professor acerta um dia e um horário com os alunos, que poderá ser semanal ou quinzenalmente, onde irão desenvolver uma actividade denominada “o dia do parlamento”. Para cada sessão, será discutido um tema, sugerido e de interesse dos alunos. Precedendo à actividade o professor pede aos alunos que vão apontando temas que lhes preocupam, ou que

gostariam de saber algumas curiosidades. Antes do debate é bom recordar as regras anteriormente combinadas, como: o respeito pelas diferenças de opiniões e pela liberdade de expressão do outro, pois, são princípios fundamentais dos direitos humanos. O professor fará o papel de mediador e estará sempre atento para esclarecer possíveis dúvidas. Contudo, deverá deixar os alunos se sentirem donos do parlamento, mostrando-lhes confiança.

Actividade 7 – A Convenção dos Direitos da Criança.

Através de gravuras ou frases simples, o professor, também em acordo com os alunos calendariza esta actividade. Nisto os alunos irão conhecer os direitos que lhes protegem, bem como seus deveres.

Actividade 8 – A Arca Mágica

Pede-se às crianças que enfeitem uma caixa com papel de cores que irá servir da arca mágica. A arca será colocada, junto à secretária do professor. Na caixa os alunos colocarão, em desenhos ou escritos, papéis com recados de algo que lhes preocupa, alguma dificuldade ou algum sentimento de raiva, de tristeza ou de alegria, algum desejo, etc. No fim de cada semana a arca é aberta e lida somente pelo professor. Com a colaboração dos alunos, o professor irá ajudar o aluno que estiver com algum problema. Com esta actividade explora-se o tema solidariedade.

Actividade 9 – Um dia no cinema

Depois do professor ter abordado com os alunos, conteúdos como a igualdade entre homens e mulheres, a identidade, a liberdade, a justiça, etc., estes, em grupo e autonomamente irão ensaiar pequenas peças teatrais relacionadas com os conteúdos estudados e representar na turma. Será uma forma do professor avaliar o impacto desses nos alunos, bem como a sensibilidade dos mesmos perante tais conteúdos.

Actividade 10 – A hora da reflexão

No final do dia, durante cinco a dez minutos os alunos escolhem dois colegas para fazerem o balanço da turma. Aqui os alunos partilham ideias como:

O que mais gostei hoje foi...

O que não gostei ...

Uma coisa que poderia ser mudada na nossa turma ou escola é ...

Esta actividade faz com que o aluno se sinta importante e elemento participativo nas decisões, principalmente, da sua turma. Atenção: Para que esta actividade tenha efeito e credibilidade, o professor deverá ter sido capaz de desenvolver um clima de confiança e sinceridade na turma. Para conseguir um bom resultado é preciso evitar toda a espécie de hipocrisia.

Actividade 11 – Confiando totalmente

Pede-se aos alunos que se organizem aos pares. Uma das crianças coloca um lenço no colega de modo a lhe vendar os olhos. O colega de olhos vendados irá fazer-se de cego e deixar-se conduzir pelo outro. O guia irá conduzir o colega pelos cantos da sala, ou guiá-lo a agarrar certo objecto, através de sons de palmas, de pés, ou com instruções com a voz. O professor deverá estar atento para não deixar o aluno que “vê”, abusar-se da situação prejudicando o outro, pois, o objectivo da brincadeira é o de desenvolver a confiança e não destruí-la. Passado algum tempo invertem-se os papéis e repete-se o jogo. No fim os alunos irão contar suas sensações, no papel de cegos e de guias. Esta actividade poderá dar origem a um diálogo sobre a vida dos deficientes, sobre a confiança nos outros, a interdependência, a solidariedade, etc.

Actividade 12 – Um dia na floresta

O professor cria ou adapta uma estória, em que leva os alunos a imaginarem que certo dia, fizeram um passeio a uma linda floresta. De volta à casa deram por falta uma colega. Alguém grita: Maria desapareceu! Mas na euforia do passeio ninguém liga por isso. Passados alguns meses, vocês comecem a pensar na vossa colega. Depois chegam notícias de Maria, ela foi raptada e maltratada. Após ser torturada acabou por morrer.

Pede-se aos alunos que comentem a estória. Quais os direitos de Maria, enquanto ser humano, foram violados? Poderão reflectir com o apoio do professor sobre o valor e o direito da e à vida.

CAPÍTULO IV

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA DO ENSINO BÁSICO DO PALMAREJO

O Pólo n.º XV de Palmarejo, denominado 13 de Janeiro, fica situado a Sudoeste da cidade da Praia, ilha de Santiago e alberga um total de 870 alunos, distribuídos por 26 turmas simples.

A construção da escola foi iniciada em 1992 e inaugurada em Outubro de 1993. Possuía, inicialmente, quatro salas de aula amplas, uma secretaria, uma sala de professores, quatro casas de banho, sendo duas para os alunos e duas para os professores, um recinto desportivo, uma cozinha, uma despensa e um pátio amplo. Funcionava como satélite do Pólo de Terra Branca.

Com o crescimento desta zona e o consequente aumento do número de efectivos discentes, houve necessidade de se recorrer a duas salas particulares e, posteriormente, por iniciativa de duas alunas do Instituto Pedagógico, construíram-se mais quatro salas de aulas e uma biblioteca.

Recentemente, o pólo foi beneficiado com obras de recuperação e ampliação: pintura, calçetamento, construção de mais uma placa desportiva e de quatro salas de aula.

1. Descrição dos Recursos Humanos

1.1. Pessoal Docente

A escola possui um corpo docente formado por trinta e um professores, tendo dezoito a formação dos Instituto Pedagógico, três são habilitados com a segunda fase em exercício, oito professores têm a primeira fase em exercício, ainda encontram-se dois sem qualquer formação profissional

Dos trinta e um professores, vinte e seis encontram-se distribuídos pelas vinte e seis turmas, um é gestor da escola, dois encontram-se destacados nos serviços administrativos, um é responsável pela cantina escolar e um trabalha na substituição.

1.2. Pessoal não Docente

Para a limpeza e serviços gerais, a escola conta com duas pessoas. Existem dois guardas e cinco cozinheiras. Não existe ninguém com o papel específico de contínuo (em anexo a tabela - Pessoal não docente)

1.3. Pessoal Discente

Em consonância à tabela de dados em anexo - Distribuição do pessoal discente por ano de escolaridade e sexo - , a escola do Ensino Básico do Palmarejo alberga um total de oitocentos e setenta alunos, distribuídos pelas três fases que compõem o sistema do Ensino Básico cabo-verdiano.

Dos oitocentos e setenta alunos, cento e trinta e seis estudam o primeiro ano, cento e cinquenta e oito, o segundo ano, cento e vinte e seis, o terceiro, cento e setenta e um estão no quarto, cento e dois no quinto e cento e setenta e sete no sexto ano. Constata-se também que desse total de alunos, quatrocentos e quarenta e quatro são do sexo masculino e quatrocentos e vinte e seis são do sexo feminino.

2. Espaços e equipamentos

2.1 Salas de aula em funcionamento

Estão treze salas de aula a funcionar, sendo doze propriedades do Estado e uma cedida. Todas encontram-se em bom estado de funcionamento

2.2. Outros espaços

Para além das salas de aula, a escola comporta uma sala onde funciona o gabinete do gestor, uma secretaria, uma biblioteca, um armazém, uma cantina, uma cozinha, quatro sanitários e duas placas desportivas (todos encontram-se em bom estado de conservação, excepto as placas desportivas).

3. Organização e funcionamento

A escola funciona sob a direcção do Gestor que conta com o apoio duma gestora adjunta, pessoal da secretaria, o núcleo pedagógico, o Conselho de Pólo e as comissões de trabalho. No início do ano é feito um plano de actividades, com a participação de todos os professores. Depois da sua elaboração, cada comissão de trabalho responsabiliza-se pelas tarefas que lhe cabe.

CAPÍTULO V

METODOLOGIA

1. Pergunta de partida

A escola do Ensino Básico do Palmarejo promove a Educação para a cidadania?

Os alunos da escola do Ensino Básico do Palmarejo revelam comportamentos e atitudes que demonstram a assimilação de conteúdos da educação para a cidadania?

2. Objectivos

Analisar se a escola do Ensino Básico do Palmarejo realiza actividades com a participação dos alunos promovendo a educação para a cidadania;

Verificar se os professores trabalham conteúdos da Educação para a Cidadania;

Conhecer as actividades e estratégias utilizadas pelos professores, na sala de aula para abordar conteúdos da educação para a cidadania;

Verificar se o comportamento e atitudes dos alunos traduzem a assimilação de conteúdos da educação para a cidadania.

3. Hipóteses

A educação para a cidadania é trabalhada na escola do Ensino Básico do Palmarejo de forma organizada, sistematizada e planificada.

Os professores da escola do Ensino Básico do Palmarejo trabalham conteúdos de educação para a cidadania nas suas salas de aula.

Os alunos da escola do Ensino Básico do Palmarejo apresentam comportamentos, atitudes, e valores que demonstram a assimilação dos conteúdos de Educação para a Cidadania.

4. A escolha do local

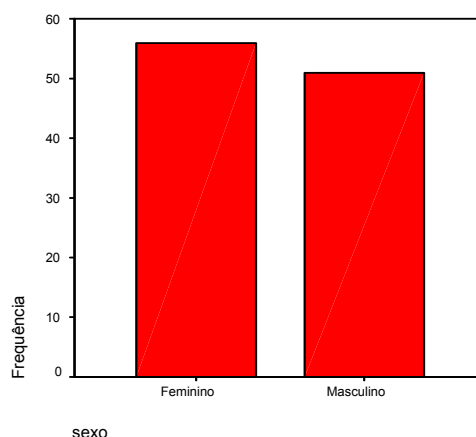
Para a aplicação do questionário, escolhemos uma escola do Ensino Básico, isto porque acreditamos que será ali o nosso campo de actuação, e enquanto professores trabalhamos no ensino básico. Além disso, acreditamos que habitualmente o estudo de conteúdos da educação para a cidadania é feito neste subsistema de ensino, mesmo não estando de forma explícita no currículo. Assim quisemos saber como a abordagem desse tema é feita pelos professores do Ensino Básico. Quisemos também inteirar deste assunto de modo a prepararmos minimamente para apoiar futuramente os professores nesta matéria que pensamos ser de extrema importância.

A escolha da escola do Palmarejo foi feita, por ser uma escola com um bom número de professores e alunos e por estar perto da nossa residência, o que facilitaria a comunicação entre nós e os inquiridos.

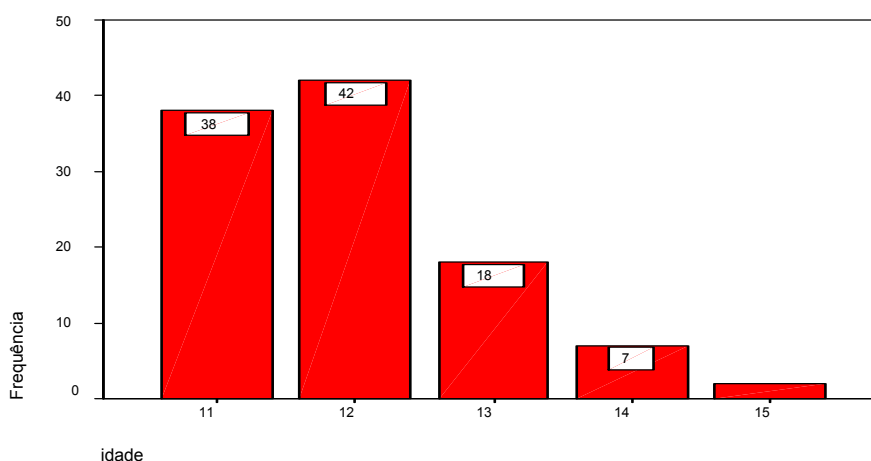
5. Caracterização da amostra

5.1. O grupo de alunos

Esta amostra é composta por 107 alunos da sexta classe. Dentro da escola do Ensino Básico do Palmarejo optamos por inquirir apenas alunos da sexta classe. Isto porque já são alunos com maior capacidade de reflexão, o que iria traduzir-se em respostas mais credíveis para o nosso trabalho. Por serem alunos finalistas do ensino básico, suas respostas irão nos dizer se durante os seus estudos neste sistema abordaram a educação para a cidadania. Neste contexto, inquirindo todos os alunos da sexta classe da escola do EBI do Palmarejo e todos os professores, teremos uma ideia se e como o estudo de conteúdos da educação para a cidadania é feito ali.

Gráfico I: Caracterização dos alunos por sexo.

Dos cento e sete alunos que formam a nossa amostra, cinquenta e seis são do sexo feminino (52,3%) e cinquenta e um (47,7%) são do sexo masculino.

Gráfico II: Caracterização dos alunos por idade.

Analisando os resultados, constatamos que os cento e sete alunos que estudam o sexto ano na escola do Ensino Básico do Palmarejo têm a idade compreendida entre os onze e os quinze anos, sendo a média de idade dos doze anos. São trinta e oito alunos (35,5%) com onze anos, quarenta e dois (39,3%) com doze, dezoito (16,6%) com treze, sete (6,5%) com catorze e dois alunos (1,9%) têm quinze anos.

Distribuição dos alunos por residência

Conforme apuramos, oitenta e nove dos alunos (83,2%) que estudam na escola do Palmarejo são residentes desta zona. Os restantes vivem em zonas circunvizinhas. Em Belavista residem dois alunos (1,9%), em Casalata vive apenas um aluno (0,9%), em Monte Vermelho residem seis alunos (5,6%), do bairro de Pensamento a escola tem apenas um aluno (0,9%) e de Tirachapéu vêm cinco alunos (4,7%) (em apêndice a tabela).

Profissão da mãe

A profissão exercida pela maioria das mães dos alunos é a doméstica, foram cinquenta e nove alunos (55,1%) que escreveram que é essa a profissão das suas mães. Onze alunos (10,3%) têm mães que exercem a função de vendedeira, dez alunos (9,3%) têm mães empregadas em estabelecimentos comerciais, seis (5,6%) das mães são professoras, quatro (3,7%) alunos não sabem a profissão da mãe, quatro (3,7%) têm mães funcionárias, três mães (2,8%) são comerciantes, dois alunos (1,9%) têm mães cabeleireiras, duas (1,9%) mães são emigrantes, duas (1,9%) são engenheiras, um aluno (0,9%) tem mãe costureira, apenas uma mãe (0,9%) é polícia, uma (0,9%) é peixeira e um aluno (0,9%) tem mãe falecida.

Profissão do pai

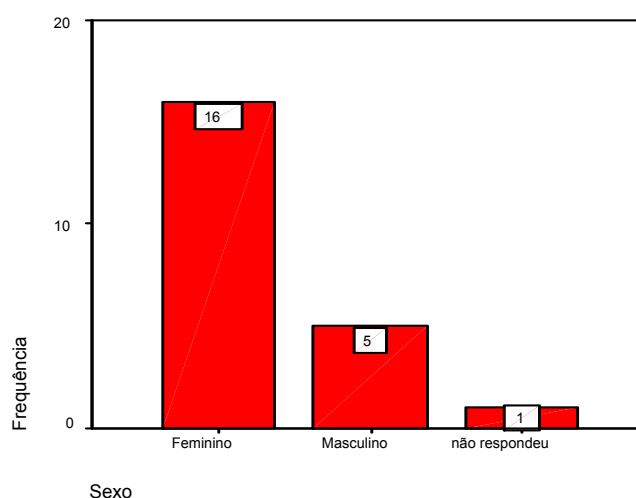
Dos cento e sete alunos, trinta (28%) dos seus pais são pedreiros, a seguir encontramos dezanove alunos (17,8%) que desconhecem a profissão do pai. Seis (5,6%) têm pai motoristas, cinco (4,7%) dos pais são trabalhadores da frente de mão obra, quatro (3,7%) são professores, ainda quatro (3,7%) são funcionários públicos, temos três (2,8%) polícias, três (2,8%) militares e três (2,8%) emigrantes. Temos para a frequência dois: vendedores, taxistas, seguranças, guardas, ferreiros, carpinteiros, agricultores e aposentados representando 1,9% cada. Temos um técnico, um mecânico, um jornalista, um engenheiro, um empresário, um electricista, um gestor, um cozinheiro, um cantor, um biólogo, um barbeiro e um alfaiate, representando cada um, 0,9% das profissões indicadas pelos alunos, referentes aos pais. Temos dois alunos (1,9%), cujos pais são falecidos.

5.2. Grupo dos professores

Estendemos o questionário a todos os vinte e quatro docentes da escola do Ensino Básico do Palmarejo, contudo, apenas vinte e dois responderam aos questionários. Os restantes alegaram que não estavam com disponibilidade para tal.

Caracterização dos professores por sexo

Gráfico III: Caracterização dos professores por sexo.



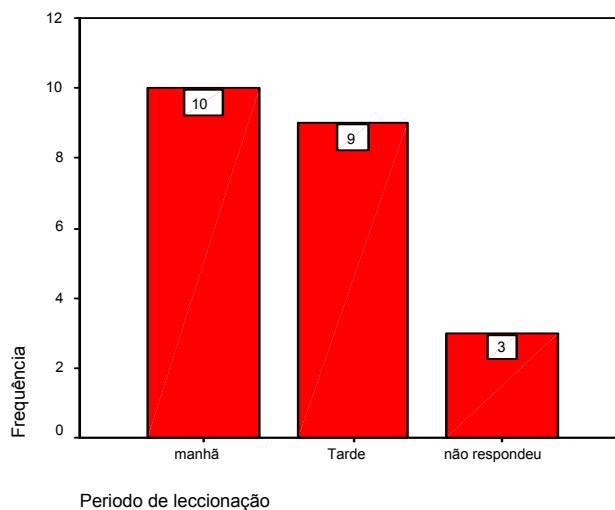
Como se lê no gráfico, dezasseis dos professores representando uma taxa de 72,7% são do sexo feminino, cinco (22,7%) são do sexo masculino e um, representando 4,5 % dos professores, não identificou o sexo.

Caracterização dos professores por idade

O corpo docente tem uma idade compreendida entre os vinte e nove e os cinquenta anos. Na faixa etária dos 20 a 30 anos encontram-se 3 professores, na faixa etária da 31 a 40 encontram-se 9 professores e entre os 41 a 50 estão 2 professores.

Distribuição dos professores pelo período de leccionação

Gráfico IV: Distribuição dos professores pelo período de leccionação.



Segundo dados obtidos, dez professores (45,5%) leccionam de manhã e nove (40,9%) à tarde. Três (13,6%) não declararam o período em que leccionam.

6. Instrumentos utilizados

Para a realização deste trabalho fizemos a revisão bibliográfica, consultando vários autores que já escreveram sobre a cidadania, consultámos os guias e manuais da sexta classe e reportamos, sempre que necessário, ao Documento de Referência do Ministério de Educação e Valorização dos Recursos Humanos – Projecto de Integração dos direitos humanos, cidadania e cultura da paz nos currícula.

Após isso, elaborámos os questionários que seriam aplicados aos professores e aos alunos, cujo objectivo era recolher informações sobre os conhecimentos, competências, concepções e atitudes, relacionados com a cidadania. Suas respostas seriam os principais subsídios para o desenvolvimento do nosso tema.

6.1. Descrição do questionário dos alunos

No cabeçalho do questionário apresentamos os objectivos que pretendíamos com o mesmo e fornecemos instruções para o seu preenchimento. A seguir procedemos à recolha de informações que nos permitiam identificar e caracterizar os sujeitos, nomeadamente em relação à idade, sexo, período que estuda, residência, profissão do pai e profissão da mãe.

O questionário é constituído por 20 questões fechadas de modo a facilitar as respostas dos alunos. Foram feitos dois grupos de perguntas, o grupo A, composto por onze questões e o grupo B com nove questões. No primeiro grupo foram dadas questões onde o aluno iria responder, apenas com sim, não e não sei, colocando apenas uma cruz na coluna que traduzisse a sua opção. No grupo B foi dado ao aluno, para cada situação, três opções para este escolher apenas uma.

Para analisar o conhecimento, o comportamento e as atitudes dos alunos no domínio da Cidadania foram colocadas questões como:

- I. Sabe definir o que é a educação para a cidadania;
- II. Achas que os homens e as mulheres têm direito ao mesmo tipo de trabalho e emprego;
- III. As mulheres devem participar na vida política tal como os homens;
- IV. Já ouvistes falar dos direitos das crianças;
- V. Para ti o que é um cidadão livre;
- VI. Para ti o que significa ter direito à saúde;
- VII. O que significa um direito político;
- VIII. Achas que é importante cumprimentar as pessoas;
- IX. O que costumas fazer quando um colega teu cai à tua frente;
- X. Porque vais à escola;
- XI. Porque participas das campanhas de limpeza na tua escola;
- XII. Qual será o teu comportamento se encontrares um velho a tentar atravessar a estrada e tiveres com muita pressa;

Elaboramos, também, questões que responderão a um outro objectivo - Saber se a escola e os professores desenvolvem actividades que permitem o envolvimento activo dos alunos, factor importante para o exercício da cidadania; Convém, contudo, salientar que todas as questões elaboradas neste questionário têm por base esta preocupação, pois quanto maiores forem as acções da escola no sentido de promover a educação para a cidadania, maior será a sua implicação no comportamento e conhecimento dos alunos. Neste caso específico fizemos duas questões directas:

- I. O teu professor tem por hábito falar da educação para a cidadania?
- II. Os teus manuais escolares abordam temas de educação para a cidadania?

6.2. Descrição do questionário dos professores

Na primeira parte fizemos a apresentação do âmbito e dos objectivos do questionário e procedemos à recolha de alguns dados biográficos e profissionais dos sujeitos. A seguir fizemos questões que nos permitiriam analisar:

- As opiniões dos professores sobre a educação para a cidadania: sua importância, sua abordagem nos guias, programas e manuais, a formação do professor para trabalhá-la, a pertinência dos temas a serem estudados e por último, a contribuição dos pais para a efectivação de boas práticas de cidadania nos alunos;

- A educação para a cidadania na escola: os temas estudados, estratégias/actividades utilizadas na sala de aula para sua implementação, sua planificação, o envolvimento dos alunos na vida escolar.

7. Procedimento

A aplicação do questionário dos alunos foi feita na turma. Acertámos um horário com os respectivos professores, de maneira a não perturbar o funcionamento das aulas. Assim, na hora combinada, entramos para as salas, distribuimos os questionários aos alunos e demos um tempo para o seu preenchimento. À medida que iam preenchendo os questionários, estávamos lá para esclarecer possíveis dúvidas.

Para a aplicação do questionário aos professores, fizemos uma visita à escola e informamos os mesmos dos nossos objectivos e a finalidade da aplicação do questionário. Combinamos uma data para sua recolha. Contudo, alguns não cumpriram o prazo. O que veio a provocar, em parte, o atraso na elaboração do trabalho.

Após a recolha dos inquéritos fizemos a análise dos dados, com base no programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences, base 11.5 para o Windows).

CAPÍTULO VI

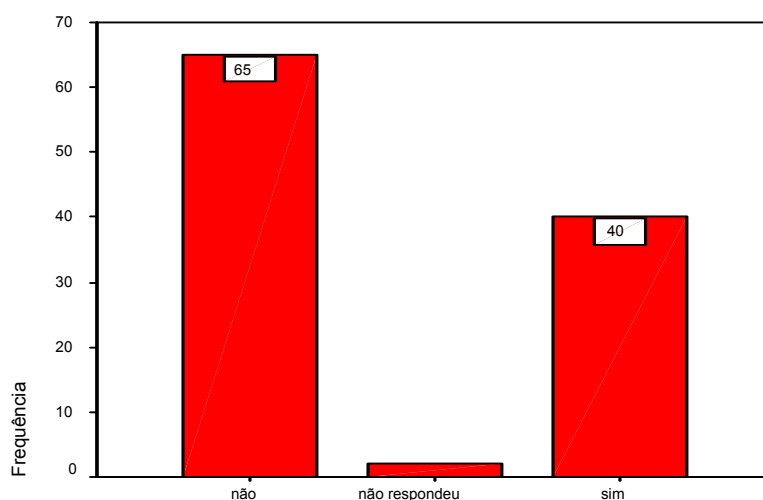
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA DO ENSINO BÁSICO DO PALMAREJO

Neste capítulo fazemos a apresentação e discussão dos resultados dos inquéritos aplicados aos alunos e professores da escola do Ensino Básico de Palmarejo - cidade da Praia.

1. Apresentação e discussão dos resultados obtidos do inquérito aplicado aos alunos

1.1. Conhecimento da criança sobre o que é educar para a cidadania

Gráfico V: Conhecimento da criança sobre educar para a cidadania.



A análise dos resultados permite-nos constatar que das cento e sete crianças inquiridas, sessenta e cinco, não sabem o que é educar para a cidadania, o que corresponde a 61% dos inquiridos, apenas quarenta alunos, ou seja, 37% disseram que sabem o que é educar para a cidadania, dois alunos, representando 2% não manifestaram qualquer opinião.

Conforme o constatado, mais de 50% dos alunos da sexta classe, ano terminal do ensino Básico, não sabem o que é educar para a cidadania. Contudo, não pesa o facto do aluno saber ou não, o que é educar para a cidadania. O que mais nos preocupa é saber, de facto, se as suas

práticas quotidianas, suas vivências com o outro, suas ideias, seus valores traduzem sinais de futuros cidadãos que irão actuar em prol duma sociedade justa e honesta.

1.2. Opinião da criança sobre a igualdade de género

Para este parâmetro quisemos saber o que os alunos da sexta classe pensam sobre a igualdade entre homens e mulheres. Suas opiniões estão traduzidas nas respostas apresentadas para as duas questões colocadas “Achas que as mulheres e os homens têm direito ao mesmo tipo de trabalho e emprego?” e “As mulheres devem participar na vida política tal como os homens?”.

Tabela I: Opinião da criança sobre a igualdade de direitos entre homens e mulheres no trabalho e na vida política.

Respostas	Igualdade entre homens e mulheres de exercer o mesmo tipo de trabalho		Igualdade entre homens e mulheres de participarem na vida política	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Não	52	48,6%	22	20,6%
Sim	51	47,7%	73	68,2%
Não Sei	2	1,9%	9	8,4%
Não Respondeu	2	1,9%	3	2,8%
Total	107	100,0%	107	100,0%

Dos cento e sete inquiridos, cinquenta e duas crianças (48,6%) pensam, ainda, que as mulheres e os homens não devem ter o mesmo tipo de trabalho ou emprego. Contudo, cinquenta e uma (47,7%) são de opinião que os homens e mulheres devem ter direito ao mesmo tipo de trabalho e emprego. Restam duas crianças (1,9%) sem opinião formada a este respeito, e duas (1,9%) não responderam. Há quase uma divisão equitativa entre as duas posições, sim e não.

Quanto à segunda questão “As mulheres devem participar na vida política tal como os homens?”, prevalece a ideia de que as mulheres devem participar na vida política tal como os homens. Pois, da nossa amostra, setenta e três alunos, representando 68,2% são categóricos em responder positivamente à questão. Apenas vinte e duas crianças (20,6%) pensam que as

mulheres não têm o mesmo direito de participar na vida política tal como os homens. Restando nove crianças (8,4%) sem nenhuma opinião, e três (2,8%) sem se manifestarem.

“ Apesar das evidentes mudanças sociais e políticas das últimas décadas, as mulheres continuam a constituir um grupo claramente menos representado na esfera política”. (Purta, et al 2001, citado por Menezes *et al*, 2005:76)

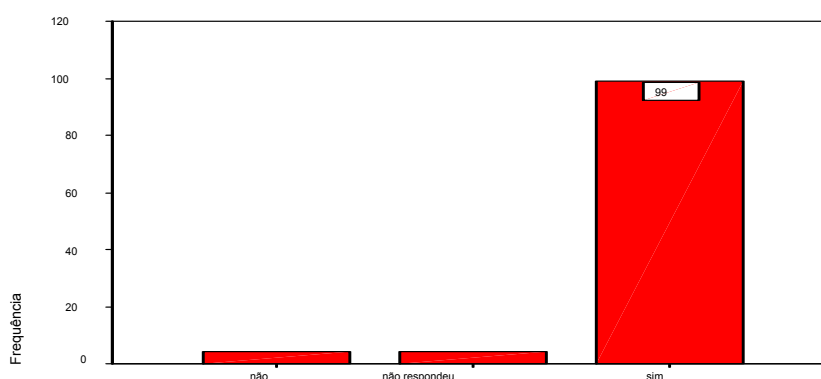
Os resultados obtidos revelam que 68% das crianças inquiridas acham que deve existir igualdade entre homens e mulheres na participação da vida política, o que nos leva a crer que, no nosso contexto, o cenário acima citado poderá futuramente ser alterado.

Cabe aos professores solidificar as ideias positivas e corrigir as estereotipadas, passando, aos alunos, a mensagem de que somos todos diferentes uns dos outros, as raparigas e os rapazes são diferentes, mas todos iguais em direitos. Pois, todos nós temos um valor igual, os direitos são inerentes a todos os homens, por isso devemos ser tratados com o mesmo respeito e devemos ter igual acesso às riquezas das nossas sociedades.

Pensamos ser, também, uma das tarefas da educação combater os estereótipos quanto às diferenças entre géneros através de actividades realizadas dentro da sala de aula com a participação de rapazes e raparigas. Reforça este pensamento o Manual ABC do Centro de Informações das Nações Unidas (1993) quando refere que a ideia de que o sexo pode servir de critério único de selecção e de promoção no local de trabalho ou noutro lugar, está em contradição com os princípios dos direitos do homem.

1.3. Conhecimento que os alunos têm sobre os direitos das crianças

Gráfico VI: Conhecimento que as crianças têm sobre os seus direitos.



Para a questão lançada “ Já ouviste falar sobre os Direitos da Criança”, a maioria dos alunos, mais concretamente 99 crianças (92,5%) respondeu positivamente à questão, o que

nos leva a ponderar que existe um nível bastante elevado de crianças com conhecimento nesta matéria. Apenas quatro crianças responderam que nunca ouviram falar sobre estes e quatro não opinaram, representando uma percentagem de 3,7% respectivamente.

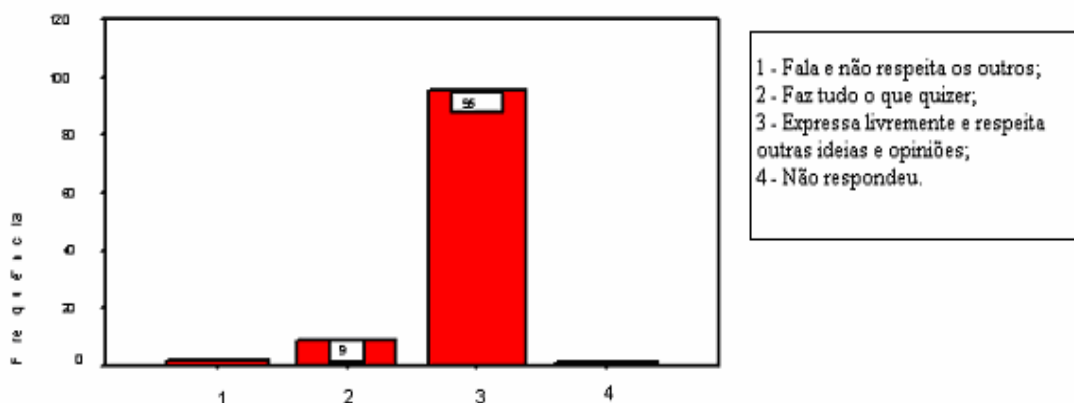
Após a aprovação da Convenção sobre os Direitos da criança, pela Assembleia-geral das Nações Unidas, esta ganhou um espaço de destaque no mundo. Não obstante isso, ainda hoje existem crianças que sofrem maus-tratos e injustiças vendo seus direitos violados e ignorados. Outras, por vários motivos, desconhecem a existência de uma convenção que lhes garante os seus direitos em prol duma vida digna e justa. Segundo os dados analisados das respostas das crianças da escola do Palmarejo, estas estão conscientes que existem direitos que lhes protegem. Caberá ao professor trabalhar, ou continuar a trabalhar, com as crianças no sentido de prepará-las contra qualquer acto que viole os seus direitos.

1.4. Conceito que a criança tem sobre cidadão livre

Conforme o manual ABC - O Ensino dos Direitos do Homem, do Centro de Informações das Nações Unidas (1993), a liberdade de opinião e de expressão e a liberdade de pensamento são os sustentáculos da cultura dos direitos do homem. Encontram-se definidas nos artigos 18.º e 19.º da Declaração Universal e, de maneira mais pormenorizada no pacto internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos. Estes textos insistem nomeadamente sobre o facto de qualquer pessoa ter o direito à liberdade de mudar de religião ou de convicções, de manifestar suas opiniões, de procurar receber e divulgar informações.

Quisemos numa linguagem mais simples, mas que não foge a este sentido, saber qual a noção que os alunos têm sobre a liberdade.

Gráfico VII: Conceito de cidadão livre.

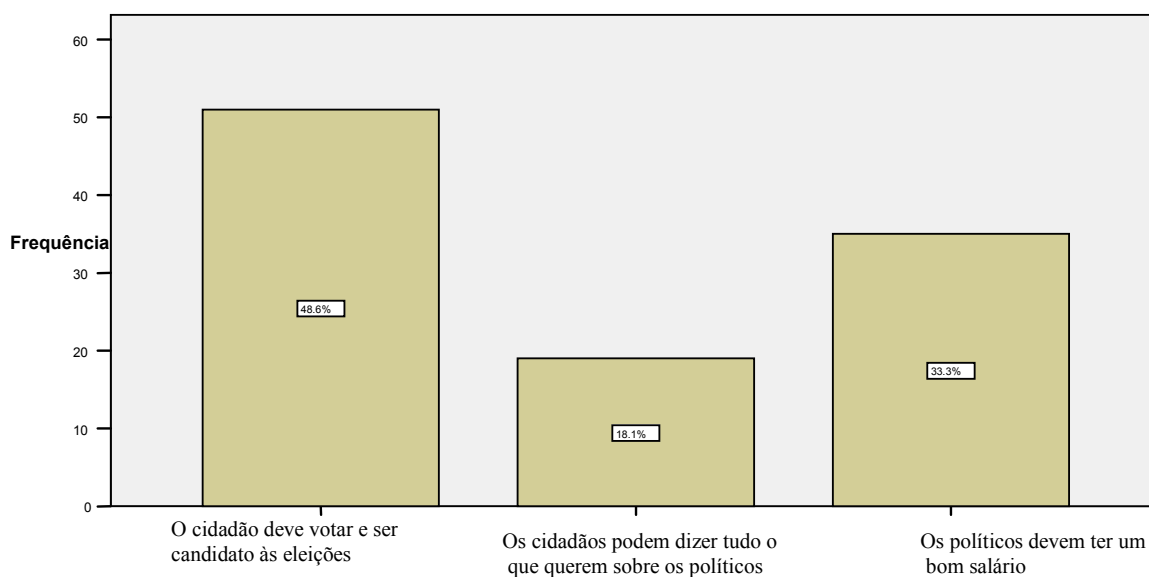


Noventa e cinco alunos (88,8%) revelam um conhecimento adequado quando questionados sobre o conceito de cidadão livre “Expressa livremente e respeita outras ideias e opiniões”. Verificamos que apenas dois alunos (1,9 %) dos inquiridos responderam que ser livre é falar e não respeitar o outro e nove alunos (8,4%) pensam que a liberdade é sinónimo de fazermos tudo o que quisermos. Dos cento e sete inquiridos, um aluno (0,9%) não manifestou qualquer opinião para essa questão.

Saber que a maioria dos alunos inquiridos optou pelo item “ser um cidadão livre significa expressar livremente nossas ideias e opiniões e respeitar as dos outros”, constitui um ponto positivo para a promoção da cidadania nas escolas. Pois, saber onde termina a nossa liberdade e onde começa a do outro é uma condição *sine qua nom* para a prática duma convivência sã e harmoniosa entre os indivíduos.

1.5. Significado de Direito Político no entendimento dos alunos

Gráfico VIII: Distribuição das respostas dos alunos sobre o significado de direito político.

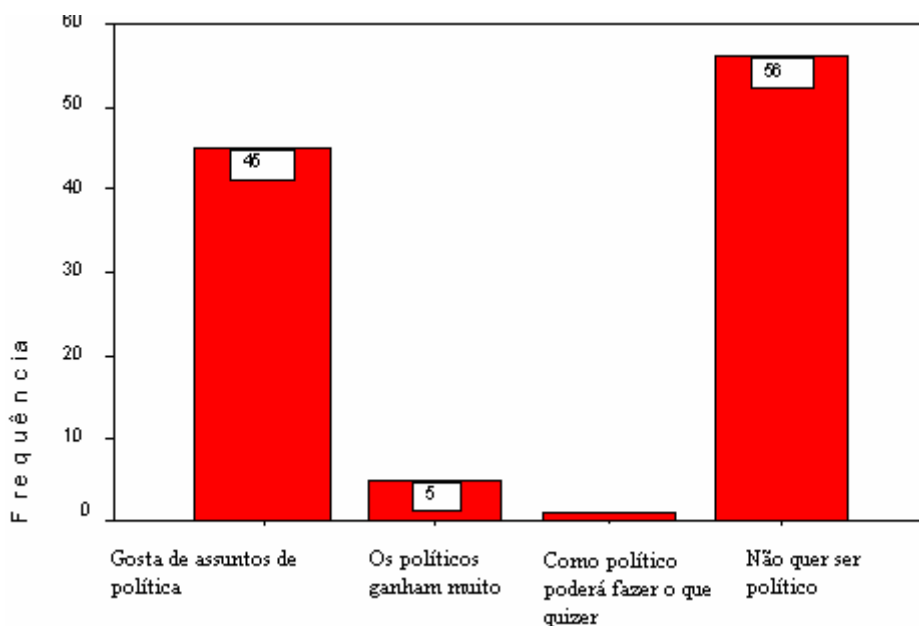


Para a questão “ Direito político significa ...” e com três opções para os alunos escolherem apenas uma, 48,6% desses optaram pela primeira “o cidadão deve votar e ser candidato às eleições”, 18,1% acham que direito político significa que “os cidadãos podem dizer tudo o que quiserem sobre os políticos” e 33,3% dos alunos pensam que o direito político significa que “os políticos devem ter um bom salário”

Somando as percentagens das duas opções menos adequadas para o significado de direito político (os cidadãos podem dizer tudo o que quiserem sobre os políticos e os políticos devem ter um bom salário) obtivemos um total de 51,4%, representando mais de metade dos cento e sete alunos inquiridos. Isto mostra que, ainda uma boa parte dos alunos tem uma ideia deturpada sobre o direito político. Pensamos que deverá ser um tema a cuidar nas escolas, pois os resultados, no que concerne ao conhecimento político, não foram satisfatórios.

1.6. Disposição dos alunos para a futura participação na vida política

Gráfico IX: Disposição dos alunos para a vida política



Cinquenta e seis crianças (52,3%) não consideram, até então, a hipótese de virem a ser políticos, quarenta e cinco (42,1%) querem ser políticos porque gostam e querem ajudar o país, apenas um aluno (0,9) diz que quer ser político porque poderá fazer o que quiser e cinco (4,7%) querem ser políticos porque estes ganham muito e têm muitas regalias.

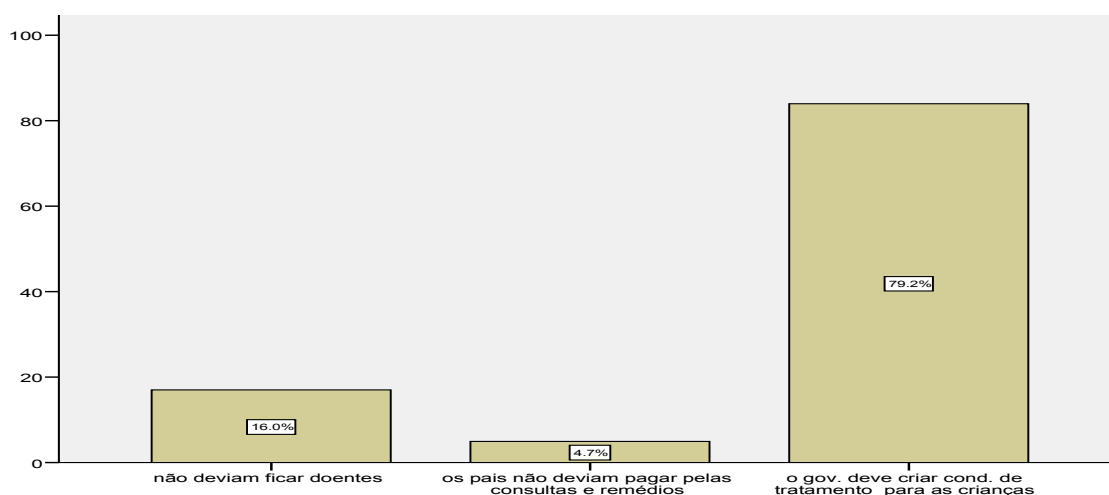
Alguns estudos têm revelado um moderado interesse dos jovens pela vida política. Os nossos inquiridos, também manifestaram este pouco interesse.

As respostas pouco adequadas que ganharam maior peso na questão “o que significa direito Político no entendimento das crianças” e a desmotivação das mesmas para a participação na vida política revelam e reafirmam, mais uma vez, que o tema Política deverá ser mais explorado nas escolas, para que este ganhe a devida importância, levando os alunos a verem o valor do envolvimento dos cidadãos na vida política do próprio país.

1.7. Conhecimento que a criança traz sobre o Direito à saúde

Afirma o ABC do Centro de Informações das Nações Unidas (1993) que o direito à saúde é um dos direitos fundamentais do homem e um dos objectivos essenciais do desenvolvimento mundial. Diligenciamos saber qual o conhecimento que as crianças trazem sobre o direito à saúde.

Gráfico X: Conhecimento que a criança traz sobre o Direito à saúde



Para oitenta e quatro crianças (78,5%) ter direito à saúde significa que o Governo deve criar condições de tratamento e consultas médicas para as crianças, dezassete (15,9%) acreditam que seus direitos à saúde estão traduzidos na opção “as crianças não deviam ficar doentes”, cinco (4,7%) pensam que por terem direito à saúde os pais não deviam pagar pelas suas consultas e remédios, um aluno (0,9%) não optou por nenhuma das questões.

Relativamente aos resultados apresentados, no gráfico, podemos ler que a maioria dos alunos optou pela opção mais adequada. Isto nos leva a crer que as crianças têm uma boa percepção no que tange aos seus direitos em matéria de saúde. Sendo assim, trata-se dum ponto forte que o professor poderá capitalizar para desenvolver temas relacionados à saúde na sala de aula. Pois, de acordo com o ABC – actividades práticas para os ensinos Básico e Secundário (1993) a educação à saúde está inscrita nos programas das escolas da maior parte dos países, o que permitirá aos alunos adquirir e desenvolver conhecimentos de base sobre a nutrição, os germes de doenças e as estratégias para a sua prevenção. Alerta o manual, que qualquer actividade desenvolvida neste âmbito ajudará a OMS a alcançar o objectivo que se propôs, a saúde para todos.

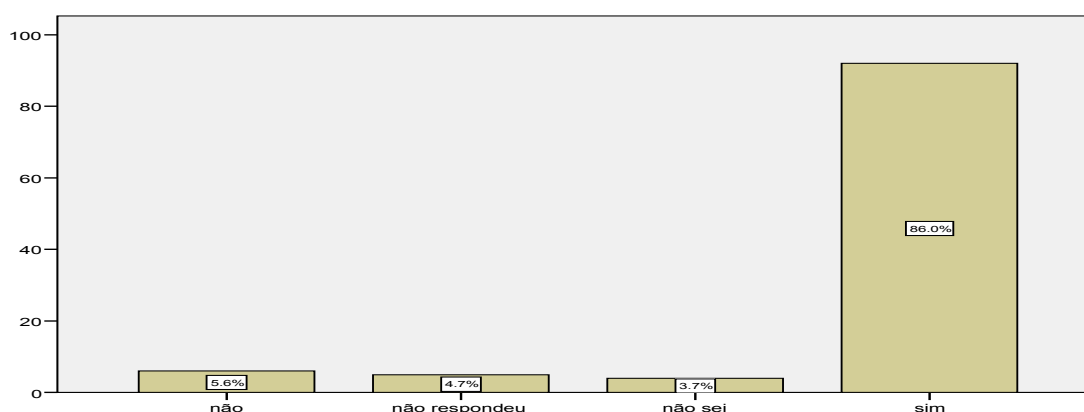
De um modo geral, é possível concluir que as crianças têm conhecimentos sobre os direitos humanos. Pesando negativamente nesta categoria, apenas a questão 1.1.5. “Significado de Direito Político no entendimento das crianças”, onde os alunos demonstraram pouco conhecimento.

1.8. Atitudes e Comportamentos das crianças

Atitudes como a tolerância para com as pessoas que nos rodeiam devem ser desejadas para quem vive em sociedade. Portanto, a escola terá toda a razão em instituir como tarefa o desenvolvimento dessa atitude.

1.8.1. Atitude dos alunos perante crianças de outros países africanos

Gráfico XI: Atitude das crianças perante colegas de outros países africanos



Da leitura do gráfico podemos apurar que, colocados perante a questão “ se na tua turma houver crianças de outros países africanos brincas com elas? ” 86% dos alunos responderam positivamente, apenas 5,6% disseram que não, restando 3,7% sem opinião ainda formada a respeito e 4,7% das crianças não quiseram manifestar suas opiniões neste aspecto.

Segundo Barbosa (2001) nas sociedades actuais, a chegada de indivíduos de países menos desenvolvidos aos países que possuem economias mais avançadas é uma realidade cada vez mais acentuada, que está tendo repercussões no sistema educativo.

Isto já é uma realidade na sociedade cabo-verdiana. É cada vez mais comum a presença de indivíduos oriundos de outros países africanos, que se instalam nas ilhas cabo-verdianas à

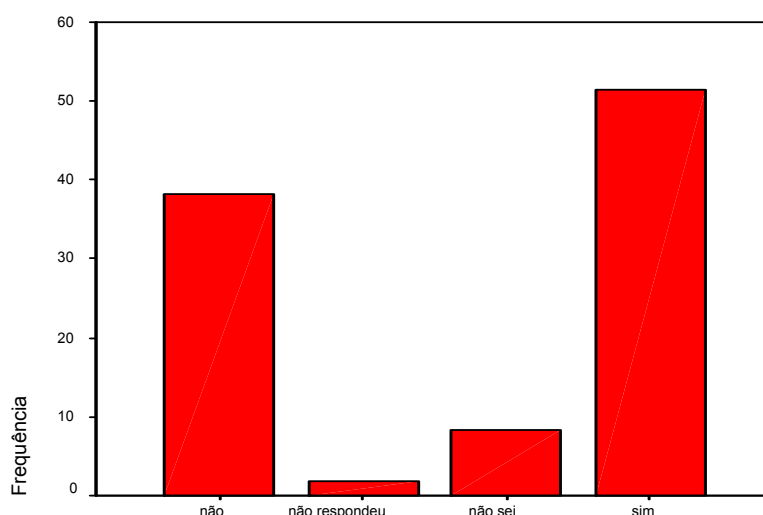
procura de melhores condições de vida, o que implica, também, a presença de crianças originárias destes países nas escolas do país, pois, muitos destes indivíduos já se encontram aqui radicados com a família.

Tendo em conta as diferenças culturais, os hábitos e costumes diferentes, quisemos saber como comportam os alunos do sexto ano da escola do EBI do Palmarejo, perante tal situação.

Da leitura dos dados, podemos constatar que os alunos respeitam um dos fundamentos dos Direitos Humanos que é a do respeito, amizade e solidariedade para com a pessoa humana independentemente da sua raça, religião, cor, sexo, cultura ...

1.8.2. Atitude da criança perante colegas seropositivas

Gráfico XII :Atitude da criança perante crianças seropositivas

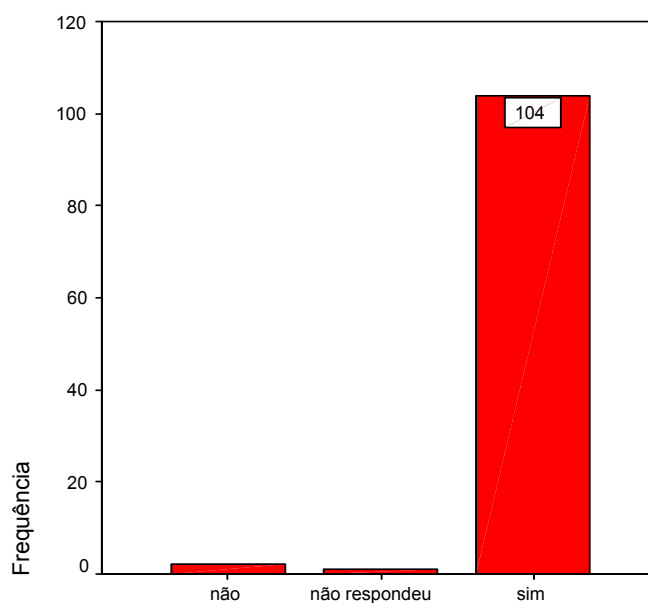


Como se pode observar na figura, cinquenta e cinco (51,4%) crianças aceitam brincar com colegas seropositivas, quarenta e um (38,3%) negam esta hipótese, nove (8,4%) ainda não têm opinião formada e dois (1,9%) dos inquiridos não responderam.

Embora a maioria dos alunos respondeu positivamente à questão, reparamos que existe uma boa percentagem que nega a hipótese de brincar com colegas seropositivos, atitude negativa para o respeito aos Direitos humanos. Fica, contudo a indagação, se tal atitude das crianças que responderam de forma negativa à questão se terá a ver com a discriminação perante os colegas contagiados pela doença ou terá a ver com pouca informação sobre a doença H I V – Sida.

1.8.3. Importância que as crianças atribuem em cumprimentar as pessoas

Gráfico XIII: Importância em cumprimentar as pessoas, na opinião das crianças

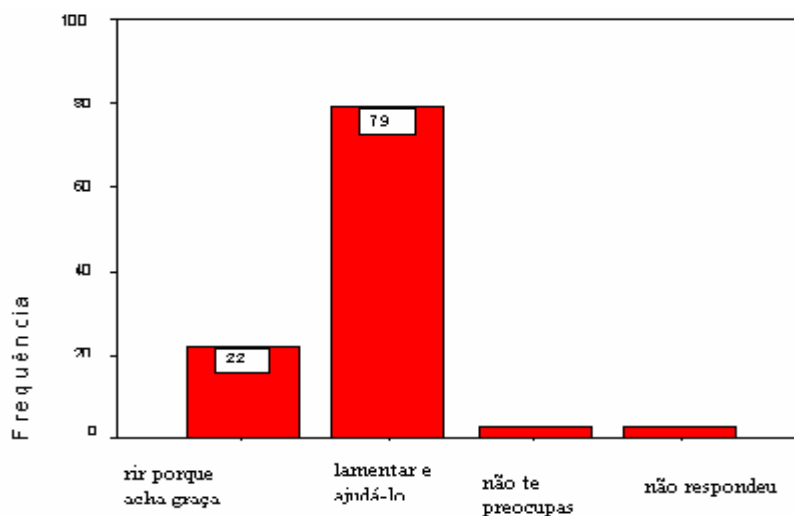


Conforme nos situa o gráfico, cento e quatro dos alunos (97,2%) reportam uma elevada consideração em cumprimentar as pessoas. Apenas dois alunos (1,9%) no universo de cento e sete, contradizem a ideia dessa importância e 0,9% dos inquiridos não responderam.

Da análise, destaca-se a ideia de que “cumprimentar as pessoas” é ainda um valor preservado no seio dos estudantes do ensino básico do Palmarejo.

1.8.4. Postura da criança perante a queda dum colega

Gráfico XIV: Postura da criança perante a queda dum colega



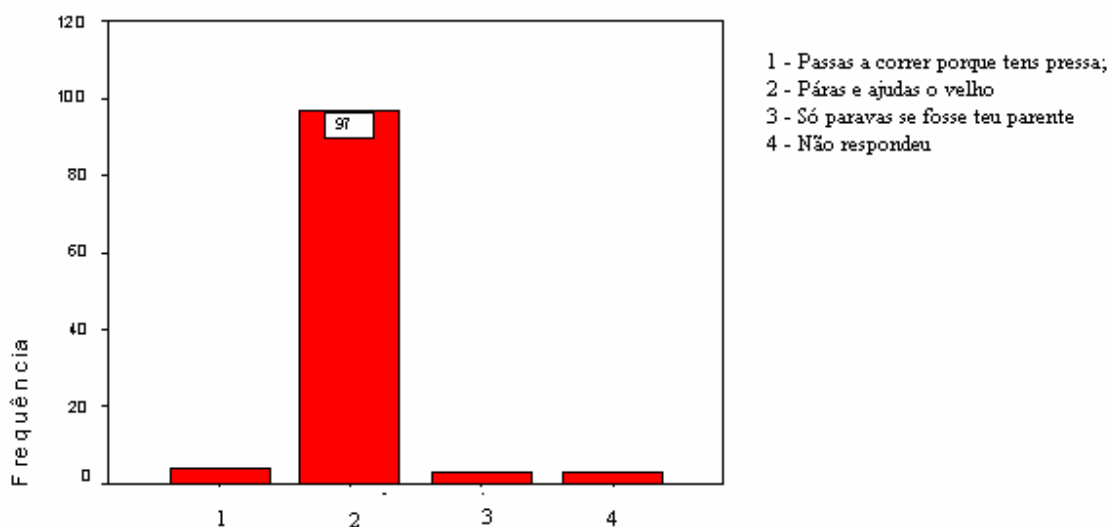
A análise dos resultados permite-nos constatar que a opção mais correcta de entre as três cedidas “lamentar e ajudar o colega”, foi a mais votada pelos alunos. Foram setenta e nove (73,8%) dos inquiridos a escolhê-la. A opção “rir porque acha graça” mereceu a escolha de vinte e duas crianças (20,6%), enquanto três dos alunos (2,8%) responderam que perante tal situação não se preocupam. Ficaram sem responder à questão três alunos (2,8%).

A maioria dos alunos mostraram que neles existe o espírito de solidariedade e que perante uma situação idêntica à da apresentada no questionário poderão agir condignamente.

1.8.5.Comportamento da criança perante um velho

Para além da relação criança/criança é importante saber das suas atitudes perante outras pessoas. De entre outras situações optamos por desafiar os alunos perante a questão, “Se encontrases um velho a tentar atravessar a estrada e estiveres com muita pressa o que fazes?” Demos três opções aos inquiridos: “Passas a correr porque tens pressa”; “Paras e ajudas o velho”; “Só paravas se fosse teu parente”.

Gráfico XV: Postura dos alunos perante um velho a atravessar a estrada



Na situação exposta aos alunos, noventa e sete (90,7%) afirmaram que paravam e ajudavam o velho, quatro deles (3,7%) passavam a correr, três (2,8%) só paravam se o velho fosse parente, três (2,8%) dos mesmos não manifestaram qualquer atitude.

Assim como na questão anterior “postura perante a queda dum colega” os alunos mostraram assertividade e boa postura.

Na escola, os professores poderão aproveitar a afectividade e o sentimento que as crianças já trazem e desenvolver outras atitudes e valores nos alunos. Segundo as orientações do manual ABC de Actividades práticas para os ensinos Básico e Secundário do Centro de Informações das Nações Unidas (1993), para ajudar as crianças a compreender de que a humanidade é um mosaico de indivíduos, o professor pode estudar com elas o que ser “humano” significa.

A escola deve contribuir, pelo menos indirectamente, para o desenvolvimento de características afectivas que podem vir a tornar o aluno mais feliz e melhor adaptado à sociedade e podem levá-lo a uma vida emocionalmente estável e autónoma. Contudo, deixamos como alerta, o seguinte:

Podemos ensinar atitude na escola? Barbosa (2001), citando Dominique e Maurice responde: Não, se por tal se entender que a função de quem ensina é implantar na personalidade do aluno tendências relativamente estáveis. Sim, se tal função basear-se em ajudar o aluno a transformar-se segundo uma orientação específica, a modificar os seus comportamentos, convicções e até emoções, de acordo com experiências vividas na escola ou sob a responsabilidade da escola.

1.9. Abordagem dos temas de Educação para a cidadania na escola

Segundo Menezes *et all* (2005), o contexto escolar pode propiciar a aprendizagem de conhecimentos, atitudes e competências relevantes para o exercício da cidadania através das oportunidades que a vida institucional dá aos alunos para desenvolverem confiança na eficácia da sua intervenção nos problemas da escola ou para terem oportunidade de expressarem os seus pontos de vista na sala de aula.

Somos de opinião que, para que tal aprendizagem seja efectivada, o papel do professor é de extrema importância.

1.9.1. Hábito do professor em abordar temas de Educação para a cidadania na sala de aula segundo a opinião dos alunos

Para o nosso estudo importou-nos saber se os conhecimentos que as crianças têm sobre a educação para a cidadania são, também, frutos do trabalho do professor.

Tabela II: Opinião dos alunos na questão “ o professor tem por hábito abordar questões da educação para a cidadania”

Respostas dos alunos	Frequência	Percentagem
Não respondeu	2	1,9%
Não sei	9	8,4%
Não	27	25,2%
Sim	69	64,5%
Total	107	100%

Conforme podemos constatar na tabela, para a questão “ O professor tem por hábito abordar temas de educação para a cidadania” obtivemos as seguintes respostas: sessenta e nove alunos (64,5%) são de opinião que o professor aborda temas relacionados com a educação para a cidadania na sala de aula. Dos restantes, vinte e sete alunos (25,2%) são de opinião contrária, enquanto duas crianças (1,9%) não manifestaram qualquer opinião. Temos nove crianças (8,4%) que descartaram os itens sim e não, preferindo o não sei.

Segundo Barbosa (2001), a escola, enquanto propedêutica para a vida cívica, para a vida cultural, para a vida social e para a vida familiar deverá desenvolver projectos, onde a educação para a cidadania deverá ter um lugar privilegiado no conjunto dos programas.

Os resultados obtidos apontam que os professores da escola do Palmarejo, também, são protagonistas na capacitação das crianças/adolescentes em matéria de cidadania. Para que o desenvolvimento da mesma seja cada vez mais eficaz e coerente com a nova sociedade que se emerge, corroboramos com Barbosa (2001), quando alerta que esta educação não deverá ser feita através dos moldes antigos, isto é, como exercício de inculcação e de propaganda de uma série de regras, normas e valores, considerados homogêneos e transcendentais.

Reparamos que, o facto de 61% das crianças não saberem o que significa educar para a cidadania não pôs em causa seus conhecimentos, comportamentos e atitudes em matéria de direitos humanos e cidadania.

2. Apresentação e discussão dos resultados obtidos do inquérito aplicado aos professores

Neste ponto apresentamos a análise dos resultados do questionário aplicado aos professores. Os mesmos permitir-nos-ão aceder às percepções dos professores sobre a educação para a cidadania, incluindo o modo como é implementada nas escolas e as oportunidades que os alunos têm para desenvolver conhecimentos, atitudes e competências neste domínio, tanto na sala de aula como fora dela.

2.1. Importância que o professor atribui ao estudo da cidadania nas escolas e a sua inclusão no currículo

Antecipando qualquer outra questão, quisemos saber se os professores consideram importante o estudo da cidadania nas escolas, bem como, a sua inclusão nos currículos.

Tabela III: Importância que o professor atribui ao estudo da cidadania nas escolas e a sua inclusão no currículo

RESPOSTAS	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
SIM	21	95,5%
NÃO	1	4,5%
TOTAL	22	100%

A quase totalidade dos professores (95,5%) entende que a educação para cidadania é importante e que esta deve ser incluída nos currículos do Ensino Básico. Apenas um (4,5%) negou essa importância.

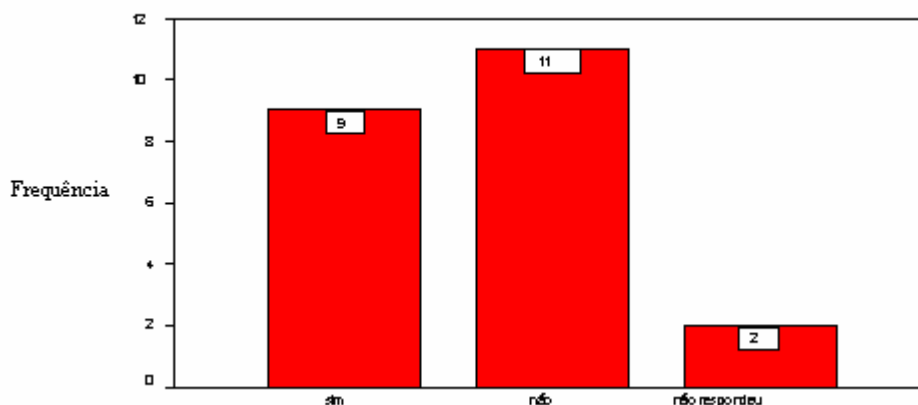
Segundo Barbosa (2001), se por um lado existem contradições e ambiguidades quanto ao modo de interpretar a educação para a cidadania em ambiente escolar, por outro existe a convergência de opiniões quanto à sua prioridade em constar dos currículos escolares. Da análise podemos dizer que, também os professores inquiridos compartilham deste pensamento.

2.2. Opinião dos professores sobre a abordagem dos conteúdos de educação para a cidadania nos programas

Antes de saber se os professores trabalham a educação para a cidadania nas suas salas e as estratégias para sua implementação, quisemos saber a opinião do professor sobre a abordagem deste tema nos programas.

2.2.1. Presença de conteúdos de educação para a cidadania nos programas do Ensino Básico

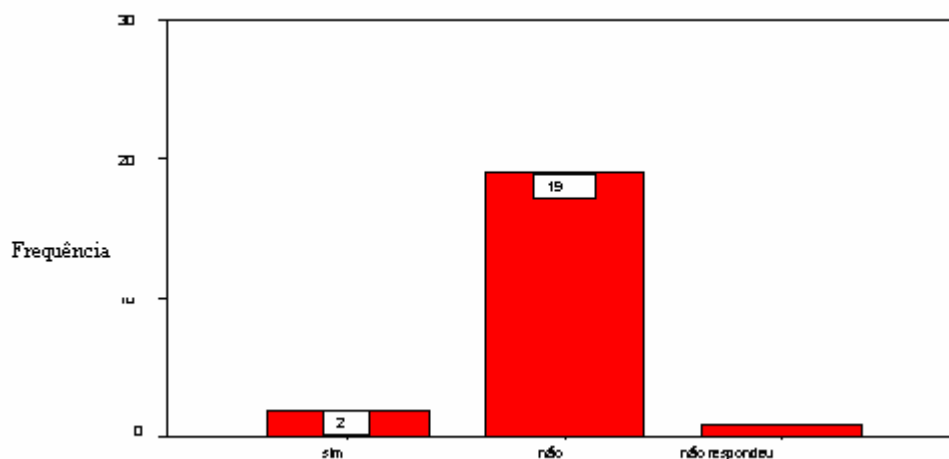
Gráfico XVI: Opinião dos professores sobre a abordagem dos conteúdos de educação para a cidadania nos programas.



Segundo a opinião de onze professores (50%), nos programas do Ensino Básico não constam conteúdos que abordam a educação para a cidadania, contudo, nove (40,9%) são de opinião positiva a este respeito e dois (9,1%) não se manifestaram.

2.2.2. Apresentação explícita dos temas de educação para a cidadania nos programas

Gráfico XVII: Opinião dos professores sobre a abordagem dos conteúdos de educação para a cidadania nos programas de forma explícita



Nesta questão, dezanove professores (86,4%) afirmam que os temas não aparecem de forma explícita nos programas. Apenas dois professores (9,1%) são de opinião contrária e um (4,5%) não respondeu.

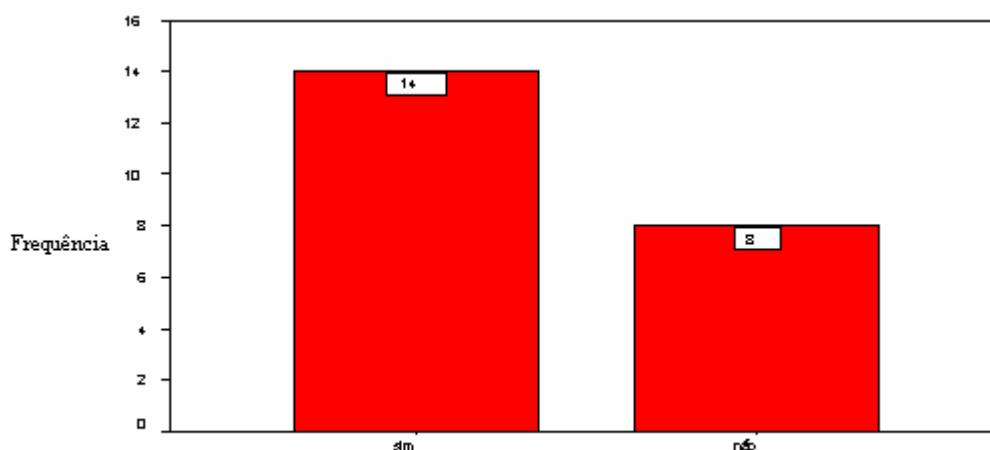
Se por um lado 40,9% dos professores acham que existem conteúdos de educação para a cidadania nos programas e guias, por outro, esta percentagem já não se mantém quando questionados sobre a sua explicitação, pois, foram 86,4% dos professores que negaram categoricamente essa nitidez. Contudo, somos de opinião que a educação para a cidadania poderá ser trabalhada de forma transversal em qualquer área curricular.

Segundo Barbosa (2001), a nova agenda da discussão pública em torno das finalidades da escola e da missão do professor tem vindo a colocar em posição de destaque um objecto projecto “a educação para a cidadania”. Este ganha, cada vez mais, centralidade na retórica das políticas educativas, recentemente definidas nos currículos.

A política educativa cabo-verdiana está cada vez mais preocupada neste sentido, temos como prova a nova revisão curricular onde estão inseridos de forma explícita os conteúdos para esta nova temática.

2.3. Opinião do professor sobre a sua capacitação para trabalhar temas de educação para a cidadania

Gráfico XVIII: Opinião dos professores sobre a sua capacitação para trabalhar conteúdos de educação para a cidadania



A análise dos resultados permite-nos constatar que catorze professores inquiridos (63,6%) sentem que foram preparados pela instituição de formação de docentes para trabalharem os temas de educação para a cidadania, oito (36,4%) dos professores acham que não saíram da formação preparados para trabalharem esses temas.

Segundo Barbosa (2001), se é verdade que o professor, no cumprimento das suas funções decorrentes de uma docência cidadã, deve dar o seu contributo à construção dessas competências, também, é certo que deve possuir competências ou capacidades para o fazer. Mais do que mostrar ao docente que se espera dele uma acção comprometida com a aprendizagem da cidadania na escola, é importante institucionalizar uma formação que responda às necessidades criadas por essa exigência, compatibilizando-a com as competências requeridas.

Conforme as respostas da maioria dos professores, as nossas instituições de formação docente, também, tiveram esta preocupação no desenho do currículo do curso.

2.4. Pertinência dos temas para a promoção da educação para a cidadania

Tabela IV: Pertinência dos temas para a promoção da educação para a cidadania na opinião dos professores

Nº	Temas	Respostas dos Professores					
		Pesos ²					Total
		1	2	3	4	5	
1	Direitos humanos	1	0	3	5	12	21
2	Convenção dos direitos das crianças	0	1	2	4	15	21
3	Segurança social	1	0	1	4	16	22
4	Igualdade de oportunidades de género	1	0	2	5	14	22
5	Temas ambientais	0	0	2	5	14	21
6	Comunicação social	1	1	1	12	7	22
7	Política	1	2	5	9	4	21
8	Noções e conceitos fundamentais de natureza ética	2	1	3	5	10	21
9	O valor da pessoa humana	1	0	0	6	14	21
10	Liberdade e responsabilidade	1	0	2	7	12	22
11	A autonomia	1	1	2	11	7	22
12	O respeito interpessoal	1	0	0	7	14	22
13	A solidariedade e tolerância	0	0	0	8	14	22
14	Justiça e equidade	1	0	1	9	11	22
15	Respeito pelas diferenças raciais/étnicas	1	0	3	1	17	22
16	Noções e conceitos de natureza histórico/cultural	2	2	4	7	5	22

A análise seguinte transcreve a opinião dos professores quanto à pertinência dos temas no estudo da educação para a cidadania. O conteúdo que foi mais sublinhado pelos professores, na categoria de extremamente importante foi o “Respeito pelas diferenças raciais/étnicas” (77,2%). Seguido deste, ainda na mesma categoria encontra-se o “Segurança social”, merecendo a votação de 72,7% dos professores. Logo de seguida, temos Convenção

² Nesta questão pedimos aos sujeitos que classificassem a pertinência dos temas para a educação para a cidadania, utilizando a escala de 1 a 5 (1- Nada Importante; 2 – Pouco Importante; 3 – Importante; 4 – muito importante; 5 – Extremamente Importante).

dos Direitos da Criança com 68,1%. Logrando a mesma votação (63,6%) encontram-se os conteúdos: Igualdade de oportunidades de género; Temas Ambientais; O valor da pessoa humana; O respeito interpessoal; A solidariedade e tolerância. Não muito distantes ficaram os conteúdos: Liberdade e Responsabilidade, Direitos Humanos, ambos com 54,5% dos votos, Justiça e Equidade com 50% e Noções e conceitos fundamentais de natureza ética com 45,4%. Apenas 31,8% dos professores consideraram os temas Comunicação Social e Autonomia extremamente importantes. O conteúdo que menos ficou consagrado neste grupo foi o Noções e conceitos de natureza histórico/cultural, pois, apenas 22,7% dos professores acharam-no de extrema importância. Os conteúdos de Comunicação Social (54,5%), Autonomia (50%), Política (40,9%) e Justiça e Equidade (40,9%) destacaram na categoria de Muito Importante. A média dos professores a classificar os temas de Nada Importante, Pouco Importante e Importante não ultrapassou os 22,7%. A maioria dos conteúdos ganhou a sua pontuação máxima na categoria de “extremamente importante”, excepto os de Comunicação Social, Política e Autonomia que se distinguiram na categoria logo a seguir – Muito Importante. Registamos ainda, que a percentagem de professores que não responderam aos itens Política, Noções e conceitos fundamentais de natureza ética, O valor da pessoa humana, Direitos humanos, Convenção dos direitos das crianças e Temas Ambientais é de 4,5%.

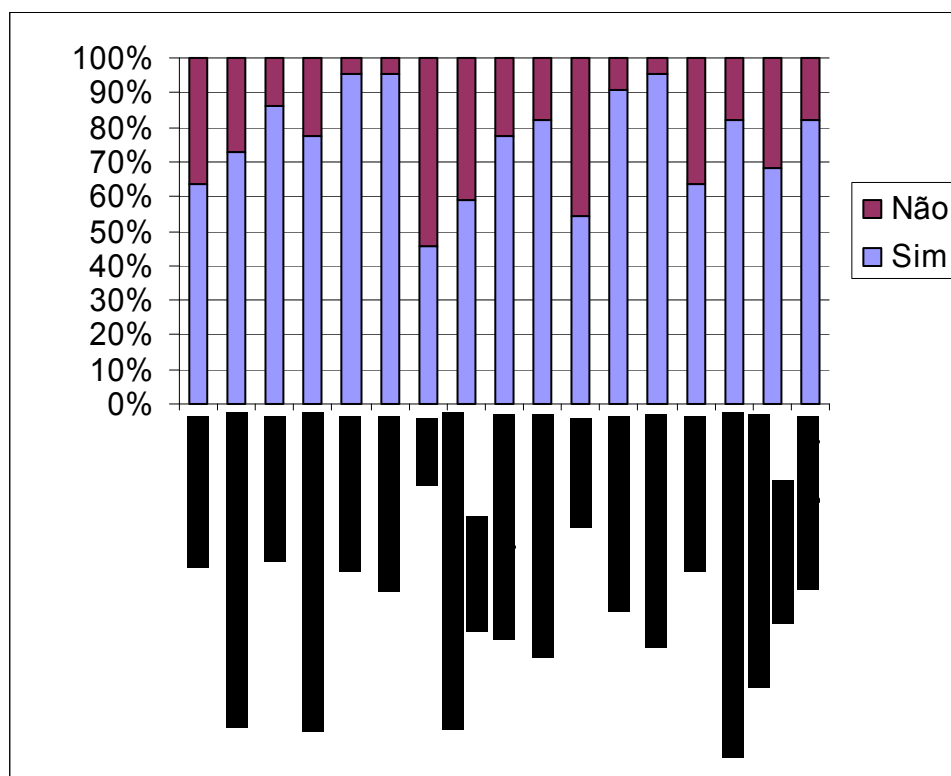
Os dados permitem-nos concluir que todos os temas apresentados aos professores são de muita e extrema importância para a concretização do estudo da cidadania nas escolas.

Segundo Afonso e Fonseca (2004), independentemente da denominação que se atribua a esta disciplina, sua abordagem deverá ter em vista a criação de uma cultura universal dos direitos humanos feita de conhecimentos, de atitudes e de comportamentos de forma a fortalecer o respeito pelos direitos humanos, a desenvolver o respeito pela pessoa humana, a incrementar o espírito de tolerância, amizade, justiça e a igualdade, a consolidar e fazer prevalecer a paz. Com esses objectivos será fácil saber o que ensinar e o que é prioritário. Pois, o objectivo geral é o do aluno adquirir um saber/conhecimento, um saber-fazer e saber-ser, este inclui princípios e valores. Contudo dever-se-á ter em conta a idade escolar e o grau de maturidade dos alunos.

2.5. A promoção da educação para a cidadania na escola

2.5.1 Os temas abordados pelos professores para a efectivação da educação para a cidadania

Gráfico XIX: Os temas abordados pelos professores na efectivação da educação para a cidadania



A questão incluía um conjunto de temas, permitindo aos professores indicarem aqueles que costumam abordar durante as suas aulas. Os resultados revelam que os assuntos mais abordados pelos professores são: “Temas Ambientais”, “Comunicação Social”, “Solidariedade e Tolerância”, ambos com 95,5%. O Respeito interpessoal é trabalhado por 90,9% dos professores. Seguidos a este, numa escala decrescente encontram-se posicionados os seguintes conteúdos: “Segurança social” (86,45%); “Liberdade e Responsabilidade”, “Respeito pelas diferenças raciais/étnica”, “Construção da paz”, com 81,8% cada; “Igualdade de oportunidade de género” e “O valor da pessoa humana” com 77,3% cada; “Convenção dos direitos da criança” (72,2%); “Noções e Conceitos de natureza histórico/cultural” (68,2%); “Direitos humanos” “e Justiça e Equidade” com 63,6%; “Noções e Conceitos de Natureza ética” (59,1%); “Autonomia” (54,4%) e por último “Política” com 45,5%.

Da análise dos registos da figura, podemos constatar que o conteúdo menos trabalhado pelos professores é a política. Se reportarmos à análise dos dados dos alunos, quando questionados sobre o que significa um direito político, 51,4% dos alunos optaram pelas

questões menos convenientes. O facto deste tema ser pouco trabalhado na escola, leva-nos a crer que será esta a origem do fraco conhecimento dos alunos nesta matéria e da maioria dos alunos não demonstrar interesse pelos assuntos de política.

2.5.2 Estratégias utilizadas pelos professores para abordar temas de educação para a cidadania

Tabela V: Estratégias utilizadas pelos professores para abordar temas de educação para a cidadania

Nº	ESTRATÉGIAS	UTILIZADA	NÃO UTILIZADA
1	Jogos de simulação	2	20
2	Jornais de parede	4	18
3	Debates	5	17
4	Desenvolvimento de temas por outras pessoas da comunidade.	2	20
5	Chuvas de ideias	8	14
6	Pesquisas	3	19
7	Conversas ocasionais	14	8
8	Dramatização	5	17
9	Exploração de histórias	7	15
10	Situações concretas	4	18
11	Observação de gravuras	3	19
12	Perguntas e respostas	8	14
13	Visitas de estudo	4	18
14	Situações observadas na rua ou na escola	11	11
15	Projectos	0	22
16	Simulação de parlamentos	0	22

Da leitura da tabela, podemos constatar que a estratégia mais utilizada pelos professores na abordagem de conteúdos da educação para a cidadania é “conversas ocasionais”. Pois, dos vinte e dois professores inquiridos, são catorze (63,6%) os que adoptam esta estratégia. Seguida a esta encontra-se a estratégia “situações observadas na rua ou na escola” adoptada por onze dos professores (50%) da escola do Palmarejo.

Como se pode observar, “projectos” e “simulação de parlamentos” nunca foram estratégias utilizadas.

Sendo “conversas ocasionais” a estratégia melhor posicionada no quadro de dados, é caso para questionar se a educação para a cidadania é feita de forma planificada.

Os métodos de ensino activo que dispusemos do quadro mereceram pouca atenção do professor, como é o caso de projectos, pequenos parlamentos, pesquisas e desenvolvimento de temas aproveitando outras pessoas.

Segundo o manual ABC – o ensino dos direitos do homem, actividades práticas para os ensinos básico e secundário (1993), os métodos de ensino devem ser activos. Fazendo, os alunos aprendem melhor as coisas. É isso que torna o ensino mais agradável e interessante. O aluno não poderá contentar-se apenas com o aprender abstracto das coisas. Deverá saber para quê as aprende e como colocar em prática. Daí sublinhamos mais uma vez, a importância de diversificar estratégias para um estudo responsável e adequado da educação para a cidadania.

2.5.3 A planificação das aulas de educação para a cidadania

Tabela VI: Planificação das aulas de educação para a cidadania pelos professores

Costuma planificar as aulas de educação para a cidadania?	Frequência	Percentagem
Sim	6	27,3%
Não	16	72,7%
Total	22	100%

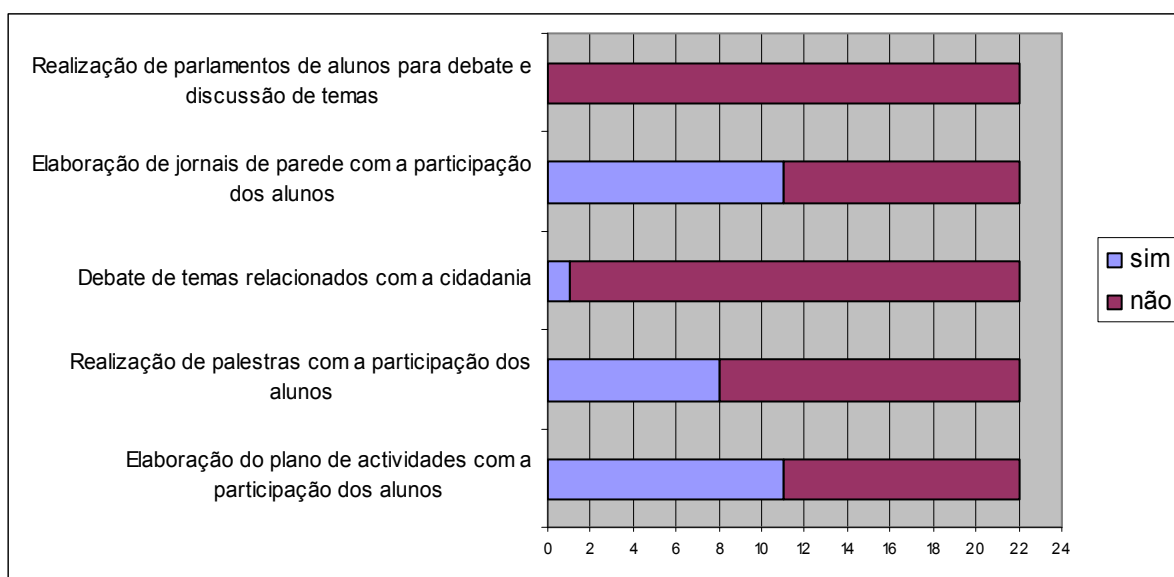
Conforme podemos constatar, dos vinte e dois professores inquiridos, apenas seis (27%) planificam as aulas de educação para a cidadania. Os restantes dezasseis (72, 7%) trabalham de forma não planificada. Logo a estratégia mais utilizada não poderia deixar de ser “conversas oportunas” e quando surgem situações concretas na escola ou na rua.

Somos de acordo com Amado³, quando afirma que existem vantagens em decidir, antecipadamente algumas actividades de ensino. Uma consiste em evitar o imprevisto das actividades. Outra é prever a articulação entre os elementos do processo didáctico: objectivos, conteúdos, estratégias, recursos e avaliação. E isto resulta em alunos bem preparados e aprovados.

³ Augusto Amado () Compilação de documentos da disciplina Projectos Educativos – Curso de Supervisão e Orientação Pedagógica. Não editado.

2.5.4. A participação dos alunos nas actividades da escola

Gráfico XX: A participação dos alunos nas actividades da escola



Como se pode observar no gráfico, as actividades mais realizadas na escola com a participação dos alunos são a “Elaboração do plano de actividades” e a “Elaboração de jornais de parede”, pois foram onze professores, representando 50% fazendo tal afirmação. Contudo a outra metade contradiz esta afirmação. Apenas oito professores são de opinião que a escola realiza palestras com a participação dos alunos, opinião essa, contradita por doze dos professores. Um dos professores acha que a escola realiza debates de temas relacionados com a cidadania. Os restantes, vinte e um professores são de opinião contrária. Como se constata no gráfico, a realização de parlamentos de alunos para debate e discussão de temas ainda não é uma prática na escola do EBI do Palmarejo.

Segundo Menezes *et all* (2005) a escola deve oferecer um ensino voltado para a aprendizagem de conhecimentos, de atitudes e competências indispensáveis para a prática da cidadania, através das oportunidades que a própria escola dá aos alunos para desenvolverem confiança na eficácia da sua intervenção nos problemas da escola ou para terem oportunidades de expressar os seus pontos de vista, suas opiniões e seus desejos. Para isso há que apostar numa escola com uma política participativa. Uma escola que trabalha tendo em conta a opinião dos seus actores. Uma escola que escuta e valoriza as opiniões dos alunos por mais simples que estas pareçam. Desta forma a escola estará, de que maneira, promovendo a educação para a cidadania. Uma educação não pregada, mas sim activa e envolvida.

Com base nesta reflexão, e tendo em conta os resultados apresentados no gráfico, pensamos que em matéria de envolvimento dos alunos nas actividades da escola, como forma de promover a educação para a cidadania, a escola do Palmarejo deverá se cuidar mais.

CONCLUSÃO

Entendendo a educação como um processo de construção colectiva, ou seja, uma educação que se dá na relação entre indivíduos, como um processo de construção contínua e permanente, a escola eleger-se como um dos locais privilegiados dessa formação, isto porque trabalha com o conhecimento, com valores, atitudes e a formação de hábitos.

Dependendo da concepção e da direcção que a escola venha a assumir, esta poderá ser um local de violação de direitos ou de promoção pelo respeito e de busca pela materialização dos direitos de todos os cidadãos, ou seja, de construção da cidadania.

Julgamos que qualquer escola que busque a formação da cidadania, precisa invocar como objectivos primordiais tratar todos os indivíduos com dignidade, com respeito à divergência, valorizando o que cada um tem de bom e “ensinar” com o modelo.

É necessário que a escola seja um espaço onde se formam as crianças e os jovens para serem construtores activos da sociedade na qual vivem e exercem sua cidadania, tendo este paradigma educativo como alicerce as experiências dos alunos, baseando-se numa pedagogia activa, valorizando a vida quotidiana e as opiniões dos mesmos.

Queremos uma acção pedagógica que desenvolve alunos participativos, alunos que questionam, que indagam em vez de resignarem. Não queremos formar homens insensíveis mas sim homens capazes de questionar, de se indignar, perante toda a forma de injustiça e violência aos direitos humanos. Para isso, as estratégias educativas devem proporcionar aos alunos espaços onde expressam e partilham sentimentos para que se tornem cidadãos confiantes e activos.

A realização deste estudo permitiu-nos concluir que os professores da escola do Ensino Básico do Palmarejo trabalham temas que desenvolvem nos alunos competências da

educação para a cidadania e que estes revelam bons comportamentos e atitudes como consequência desta prática. Contudo, concluímos, que esta abordagem não é feita de forma organizada, planificada e sistematizada. É feita, sim, espontaneamente e em momentos oportunos. As estratégias mais utilizadas pelos professores para tal, são conversas ocasionais e quando acontecem situações concretas na escola ou na rua.

Assim, a nossa hipótese “ A Educação para a cidadania é trabalhada na escola do Ensino Básico do Palmarejo de forma organizada, sistematizada e planificada” não é confirmada.

Do nosso estudo, também apuramos que são poucas as actividades que a escola realiza com o envolvimento dos alunos, sendo a participação destes, uma maneira de formar cidadãos confiantes e dinâmicos, recomendamos maior cuidado neste aspecto. Palestras com a participação dos alunos, debates de temas relacionados com a cidadania, realização de parlamentos de alunos para debate e discussão de temas de interesse dos mesmos, não são práticas na escola do EBI do Palmarejo. Deixamos este desafio, para a sua implementação.

A efectivação deste trabalho passou por alguns constrangimentos que limitaram-nos uma maior exploração da temática, nomeadamente a sobrecarga do estágio adicionado aos deveres laborais. Um outro constrangimento, foi a renitência dos professores em responderem a questões que lhes levariam a revelar seus desempenhos para a efectivação da cidadania na escola, mesmo sabendo que se tratava dum trabalho anónimo sem nenhum fim avaliativo. Isto porque têm consciência que o trabalho para a promoção da educação para a cidadania nas escolas merece mais atenção do que a que se lhe tem dispensada até agora. Também, a ausência de instrumentos adequados aos nossos objectivos obrigou-nos a construir os questionários que poderão ter algumas limitações.

Todavia, acreditamos que a execução deste trabalho enriqueceu o nosso campo de conhecimento de forma geral, abrindo-nos novos horizontes, para além, de ter contribuído para aumentar a nossa capacidade na área de investigação.

Cientes das nossas limitações como humanos e estando num processo de aprendizagem, deixamos em aberto o nosso trabalho para passíveis apreciações e críticas. Claro que as nossas conclusões devem ser confirmadas ou infirmadas com outros trabalhos

Para finalizar, não deixaríamos de sublinhar, mais uma vez, a nossa sensibilidade perante este tema, desafiando a todos os professores que é possível trabalhar todos os dias, a educação para a cidadania e em todas as disciplinas. Vamos eleger como a nossa meta a formação duma sociedade mais justa, onde os homens vivem em segurança e em paz.

BIBLIOGRAFIA

Afonso, R. Fonseca, J. (2004). *Projecto Integração do ensino dos Direitos Humanos, cidadania e cultura da paz nos currículos*. Praia: Ministério de Educação.

Amnistia Internacional – Secção Portuguesa. (2004). *Siniko Para Uma Cultura de Direitos Humanos em África*. Lisboa: Amnistia Internacional – Secção Portuguesa.

Azevedo, M. (2001). *Teses, Relatórios e trabalhos escolares*. 2ª edição. Lisboa: Universidade Católica.

Barbosa, M. (2001). *Educação do Cidadão, recontextualização e redefinição*. Braga: Edições Appacdm de Braga.

Carmo, H (2001). *Problemas Sociais Contemporâneos*. Lisboa: Universidade Aberta

Centro de Informação das Nações Unidas. (1993). *ABC-O Ensino dos Direitos Humanos, Actividades práticas para os ensinos Básico e Secundário*. Lisboa: Centro de Informação das Nações Unidas e Liga Portuguesa dos Direitos do Homem.

Comité Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. (2004). *Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos e a Cidadania em Cabo Verde*. Praia: Comité Nacional dos Direitos Humanos.

Delors, J. (1996). *Educação um tesouro a descobrir*. Porto: Edições Asa.

Faustino, M.(2006). Direitos Humanos nas escolas cabo-verdianas: Importante passo na construção da cidadania. *A Palavra*. Novembro/ Dezembro nº.4.

Faustino, M.(2006). Direitos Humanos nas escolas. *A Palavra*. Novembro/ Dezembro, nº.4

Freire, P. (1997). *Pedagogia da autonomia, saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Olho d'Água.

Hansen, D. (2000). La moral está en la práctica. *Revista de Estudios del Curriculum*, Vol.3, nº1.

Marques, V. S.(2006). A cidadania como aprendizagem moral e cívica. *Educação e Cidadania*, nº.2. Évora: Edições Colibri.

Martins, A. (2006). Educação para os direitos humanos. *A Palavra*, nº.4.

Martins, I.G. (1997). A Cidadania e o Poder. *Direito e Cidadania*, nº6. Praia.

Menezes, I., Afonso, M., Gião, J., Amaro, G. (2005). *Conhecimentos, Concepções e Práticas de Cidadania dos Jovens Portugueses – Um estudo Internacional*. Lisboa: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

Pilleti, N. (1999). *Sociologia da Educação*. São Paulo: Editora Ática.

Pinto, F. (2004). *Cidadania, Sistema Educativo e Cidade Educadora*. Lisboa: Instituto Piaget.

Rodrigues, C. (1997). A justiça ao serviço da Cidadania. *Direito e Cidadania*. Novembro de 1997/ Fevereiro de 1998. Praia.

Savolainem, K. (1998). *Todos os seres humanos...Manual da educação para os Direitos do Homem*. Paris: Comissão Nacional da UNESCO Ministério da Educação.

Silva, M. (2004). *O Regime dos direitos Sociais na Constituição Cabo-verdiana de 1992*.Coimbra: Gráfica de Coimbra.

Silveira, O. (1999). Cidadania e Ambiente. *Direito e Cidadania*, nº 6. Praia.

Vasques, P. (2002). *Tecnologia, Educação e Cidadania*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional

Documentos consultados na Internet:

Araújo, U., Puig, J. (s.d.). *Educação e Valores*. Recuperado em 2007, Maio 17, de <<http://topo-logo-adufgrs>>.

Elsner, C.(s.d) *Paz e Cidadania*. Recuperado em 2007, Março 9, de <<http://www.Plenarinho.gov.br/noticias/ccom-a-palavra/paz-e-cidadania>>.

Fontes,C.(s.d.). *Os Valores da Declaração Universal*. Recuperado em 2007, Maio 17, de <<http://afilosofia.no.sapo.pt/cidadania1.htm>>.

Martins, V. (2005). *A prática dos valores na escola*. Recuperado em 2007, Maio 17, de <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID>>.

Silva, A. (2005). *Aconselhamento Ético e filosófico*. Recuperado em 2007, Março 4 de <www.agostinhodasilva.pt/helenabmota1.pdf>.

Tosi, G. (s.d.) *História e actualidade dos Direitos Humanos*. Recuperado em 2007, Março 13 de <<http://www.espdh.hpg.com.br/biblioteca.html>>.

Wikipédia. (2007). *Direitos Humanos*. Recuperado em 2007, Março 13 de <http://pt.wikipedia.org/wiki/direitos_humanos>.

APÊNDICE

Tabela VII: Distribuição dos alunos por residência

	Frequência	Porcentagem
Belavista	2	1,9
Casalata	1	,9
Funtão	3	2,8
M. Vermelho	6	5,6
Palmarejo	89	83,2
Pensamento	1	,9
Tirachapéu	5	4,7
Total	107	100,0

Tabela VIII: Profissão das mães dos alunos

	Frequência	Porcentagem
Valid		
cabeleireira	2	1,9
comerciante	3	2,8
costureira	1	,9
doméstica	59	55,1
emigrante	2	1,9
empregada	10	9,3
engenheira	2	1,9
*	1	,9
funcionária	4	3,7
não sabe	4	3,7
peixeira	1	,9
polícia	1	,9
professora	6	5,6
vendedeira	11	10,3
Total	107	100,0

Tabela IX: Profissão dos pais dos alunos

	Frequência	Percentagem
agricultor	2	1,9
alfaiate	1	,9
aposentado	2	1,9
barbeiro	1	,9
biólogo	1	,9
cantor	1	,9
carpinteiro	2	1,9
cozinheiro	1	,9
director	1	,9
electricista	1	,9
emigrante	3	2,8
empresário	1	,9
engenheiro	1	,9
pai falecido	2	1,9
ferreiro	2	1,9
funcionário	4	3,7
guarda	2	1,9
jornalista	1	,9
mecânico	1	,9
militar	3	2,8
motorista	6	5,6
não sabe	19	17,8
pedreiro	30	28,0
polícia	3	2,8
professor	4	3,7
Segurança	2	1,9
taxista	2	1,9
técnico	1	,9
trabalhador	5	4,7
vendedor	2	1,9
Total	107	100,0

Tabela X: Caracterização dos professores por idade.

	Frequência	Percentagem
Valid 29	1	4,5
30	2	9,1
32	3	13,6
33	1	4,5
35	2	9,1
37	2	9,1
39	1	4,5
40	1	4,5
44	1	4,5
50	1	4,5
não respondeu	7	31,8
Total	22	100,0

Instituto Superior de Educação
Curso de Bacharelato em Supervisão e Orientação Pedagógica

Caro aluno,

Neste momento estou a terminar o meu curso e encontro-me a realizar um estudo sobre o papel da escola na promoção da cidadania. Gostaria que prestasses a tua colaboração, respondendo às questões abaixo colocadas.

I - Dados de identificação

Idade ____ anos Sexo: Femininos ____ Masculino ____

Período que estuda: De manhã ____ À tarde ____

Residência _____

Profissão do pai _____ Profissão da mãe _____

A - Assinala com uma cruz (X) a coluna que corresponde melhor à tua opinião

Nº.	Questões	Respostas		
		Sim	Não	Não Sei
1	Sabes o que é educar para a cidadania?			
2	O teu professor tem por hábito falar sobre a educação para a cidadania?			
3	Costumas conversar com os teus pais sobre assuntos da escola?			
4	Achas que as mulheres e os homens têm direito ao mesmo tipo de trabalhos e empregos?			
5	As mulheres devem participar na vida política tal como os homens?			
6	Já ouvistes falar sobre os Direitos das Crianças?			
7	Se na tua escola houvesse crianças de outros países africanos brincavas com eles?			
8	Achas que é importante falar da Educação para a Cidadania nas escolas?			
9	Os teus manuais escolares abordam temas sobre os direitos humanos?			
10	Se descobrires que um colega teu, com o qual costumavas brincar, é seropositivo (contaminado com o vírus de sida) continuas a brincar com ele?			
11	Achas que é importante cumprimentar as pessoas?			

B - Coloca uma cruz (X) na resposta que concordares**1 - Quando um colega teu cai à tua frente, tu costumares:**

- a) Rir porque achas graça _____
- b) Lamentar e ajudá-lo _____
- c) Não te preocupas _____

2 - Se encontrares um velho a tentar atravessar a estrada e estiveres com muita pressa, o que fazes?

- a) Passas a correr porque tens pressa _____
- b) Paras e ajudas o velho _____
- c) Só paravas se fosse teu parente _____

3 - Para ti um cidadão livre é aquele que...

- a) Fala e não respeita os outros _____
- b) Faz tudo o que quiser _____
- c) Expressa livremente e respeita outras ideias e opiniões _____

4 - Vais à escola e estudas porque...

- a) Os teus pais querem que estudes. _____
- b) Achas que é importante estudar _____
- c) Porque os teus colegas e amigos estudam _____

5 - Quando há uma campanha de limpeza na tua escola tu ...

- a) Participas porque a professora disse que todos devem participar _____
- b) Participas porque queres proteger a tua escola _____
- c) Achas que é trabalho das empregadas de limpeza _____

6 - Tens direito a ter um ambiente saudável. Por isso...

- a) Cabe ao Governo toda a responsabilidade para proteger o ambiente _____
- b) Deves trabalhar para manter o ambiente saudável _____
- c) Ainda não te preocupas com isso _____

7 - As crianças têm direito à saúde. Por isso ...

- a) Não deviam ficar doentes _____
- b) Os seus pais não deviam pagar nada pelas suas consultas e remédios _____
- c) O Governo deve proporcionar condições de acesso a consultas médicas e tratamentos para as crianças _____

8 - Um direito político significa que ...

- a) Os cidadãos devem votar e serem candidatos a eleições _____
- b) Os cidadãos podem falar tudo o que quiserem sobre os políticos _____
- c) Os políticos devem ter um grande salário _____

9 - Quando fores adulto gostarias de ser um político porque:

- a) Gostas de assuntos de política e queres ajudar o teu país _____
- b) Os políticos ganham muito e têm muitas regalias _____
- c) Como político poderás fazer o que quiseres _____
- d) Não quero ser político _____



Instituto Superior de Educação

Curso de Bacharelato em Supervisão e Orientação Pedagógica

Exmo.(a) Sr. Sr.(a): Professor (a)

O presente questionário insere-se no trabalho de investigação para a realização do trabalho de fim de curso com vista à obtenção do Bacharelato em Supervisão e Orientação Pedagógica. Tem como objectivo conhecer as opiniões dos professores sobre o Papel da Escola na Promoção da Cidadania.

Gostaríamos de ter a sua colaboração, no preenchimento do questionário. A sua opinião é fundamental para o êxito deste trabalho. As respostas são totalmente confidenciais e apenas têm como finalidade a realização deste trabalho.

Identificação:

Sexo: F ___ M ___ ; **Idade:** ___ anos; **Período que lecciona:** Manhã ___ Tarde ___

Nº	Assinale com uma cruz a coluna que corresponde à sua opinião	Sim	Não
1	Sabe definir o que é a Educação para a cidadania		
2	Acha que é importante o estudo da educação para a cidadania nas escolas		
3	A escola onde trabalha costuma realizar actividades que promovem a educação para a cidadania		
4	Na sua escola existe uma associação de estudantes		
5	Nos programas do ensino básico constam conteúdos que abordam a educação para a cidadania		
6	Os guias e programas facilitam o professor no trabalho da educação para a cidadania		
7	Os temas de educação para a cidadania vêm explícitos no programa		
8	Os manuais escolares abordam temas de educação para a cidadania		
9	Durante as suas aulas trabalha a educação para a cidadania		
10	Costuma planificar sistematicamente suas aulas de educação para a cidadania		
11	Trabalha os temas de educação para a cidadania quando surgem situações oportunas na sala		
12	A Instituição onde se formou preparou-o para trabalhar temas de educação para a cidadania		
13	Acha que é importante a inclusão da disciplina de educação para a cidadania nos currículos.		
14	Sente-se preparado para trabalhar temas relacionados com a educação para a cidadania		
15	Tem por hábito trabalhar os seguintes temas na sua sala?	SIM	NÃO
15.1	Direitos humanos		
15.2	Convenção dos direitos das crianças		
15.3	Segurança social		
15.4	Igualdade de oportunidades de género		
15.5	Temas ambientais		
15.6	Comunicação social		
15.7	Política		
15.8	Noções e conceitos fundamentais de natureza ética		
15.9	O valor da pessoa humana		
15.10	Liberdade e responsabilidade		
15.11	A autonomia		
15.12	O respeito interpessoal		
15.13	A solidariedade e tolerância		
15.14	Justiça e equidade		

15.15	Respeito pelas diferenças raciais/étnicas		
15.16	Noções e conceitos de natureza histórico/cultural		
15.17	Respeito pelas diferenças		
15.18	A construção da paz		
16	A sua escola costuma realizar as seguintes actividades?		
16.1	Plano de actividades com a participação de alunos		
16.2	Intervenção na comunidade com a participação dos alunos		
16.3	Palestras com a participação dos alunos		
16.4	Debates de temas relacionados com a cidadania		
17	Assinale cinco estratégias que mais utiliza para abordar temas relacionados com a educação para a cidadania		
17.1	Jogos de simulação		
17.2	Jornais de parede		
17.3	Debates		
17.4	Convidas outras pessoas para desenvolverem temas na tua sala		
17.5	Chuvvas de ideias		
17.6	Pesquisas		
17.7	Conversas com os alunos quando surgem oportunidades		
17.8	Dramatização		
17.9	Explorar histórias		
17.10	Situações concretas		
17.11	Observação de gravuras e fotografias		
17.12	Perguntas e respostas		
17.13	Visitas de estudo		
17.14	Explorar situações observadas na rua, na escola, etc.		
17.15	Projectos		
17.16	Simulação de parlamentos sobre um determinado tema		

18	Classifique a pertinência dos temas para a promoção da educação para a cidadania utilizando a escala de 1 a 5 (1 tem peso mínimo e 5 corresponde ao peso máximo nas respostas)	1	2	3	4	5
18.1	Direitos humanos					
18.2	Convenção dos direitos das crianças					
18.3	Segurança social					
18.4	Igualdade de oportunidades de género					
18.5	Temas ambientais					
18.6	Comunicação social					
18.7	Política					
18.8	Noções e conceitos fundamentais de natureza ética					
18.9	O valor da pessoa humana					
18.10	Liberdade e responsabilidade					
18.11	A autonomia					
18.12	O respeito interpessoal					
18.13	A solidariedade e tolerância					
18.14	Justiça e equidade					
18.15	Respeito pelas diferenças raciais/étnicas					
18.16	Noções e conceitos de natureza histórico/cultural					
18.17	Elaboração de regulamentos de turma					
18.18	Criação de parlamentos de alunos					
18.19	Jornais de escola					
19	Classifique cada uma das situações seguintes, tendo em conta a realidade da sua escola, utilizando a escala de 1 a 5, onde: 1 - muito negativa; 2 negativa; 3- pouco positiva; 4-positiva; 5- muito positiva;					
19.1	Atitudes dos alunos em relação à escola					
19.2	Comportamento dos alunos durante o intervalo					
19.3	Relação aluno-aluno					
19.4	Respeito dos alunos em relação aos professores					
19.5	Participação dos pais/encarregados de educação na educação dos filhos					

ANEXO

Tabela XI: Salas de aula em funcionamento

Tipo e propriedade das salas	Conservação das salas			Total
	Bom	Razoável	Mau	
Estado	12	0	0	12
Cedidas	1	0	0	1
Alugadas	0	0	0	0
Total de Salas em funcionamento	13	0	0	13

Fonte: Dados estatísticos da Delegação escolar do concelho da Praia, ano lectivo 2005/2006

Tabela XII: Outros espaços

Espaços específicos	Nº	Conservação dos espaços			Conservação dos equipamentos		
		Bom	Razoável	Mau	Bom	Razoável	Mau
Direcção/Gestão	1	1			1		
Secretaria	1	1			1		
Biblioteca	1	1			1		
Sala de professor							
Sala de informática							
Armazém/Dispensa	1	1				1	
Cantina	1	1				1	
Cozinha	1	1				1	
Sanitários	4	4				4	
Placa Desportiva	2		2			2	
Outros							

Fonte: Dados estatísticos da Delegação escolar do concelho da Praia, ano lectivo 2005/2006

Distribuição do pessoal docente em função das variáveis sexo e formação profissional

Tabela XIII: Distribuição do pessoal docente em função das variáveis sexo e formação profissional

Categoria	N.º de Professores	
	Masc.	Fem.
I.P.	5	13
2ª Fase FEPROF	-	3
Magistério	-	-
1ª Fase FEPROF	-	8
Sem Formação	2	-
Total	7	24

Fonte: Dados estatísticos da Delegação escolar do concelho da Praia, ano lectivo 2005/2006

Tabela XIV: Pessoal não Docente

Categoria	N.º
Ajudante dos S. Gerais	2
Contínuos	-
Guarda	2
Cozinheiras	5
Total	9

Fonte: Dados estatísticos da Delegação escolar do concelho da Praia, ano lectivo 2005/2006

Tabela XV: Distribuição do pessoal discente por ano de escolaridade e sexo

Ano de escolaridade	N.º Alunos			N.º Turmas
	M	F	Total	
1º Ano	73	63	136	4
2º Ano	86	72	158	5
3º Ano	74	52	126	4
4º Ano	78	93	171	5
5º Ano	83	94	177	5
6º Ano	58	52	102	3
Total	444	426	870	26

Fonte: Dados estatísticos da Delegação escolar do concelho da Praia, ano lectivo 2005/2006